

Direito civil
DIREITO CIVIL
MAPAS MENTAIS PARA CONCURSOS PÚBLICOS

SEJA MUITO BEM-VINDO!

Obrigada por adquirir os Mapas da Lulu 3.0! Tenho certeza de que esse material fará toda a diferença em seus estudos e será um atalho para a sua tão sonhada aprovação!

Para quem ainda não me conhece, meu nome é Laura Amorim (@lulu.concurseira), tenho 28 anos, e, após pouco mais de um ano e meio de estudos, fui aprovada em quatro concursos públicos: Auditor Fiscal do Estado de Santa Catarina (7º lugar), Auditor Fiscal do Estado de Goiás (23º lugar), Consultor Legislativo (4º lugar) e Agente da Polícia Federal (primeira fase), tendo superado uma concorrência de mais de mil candidatos por vaga!

Aprendi que a revisão, muitas vezes ignorada, é a parte mais importante (e essencial!) do aprendizado! Após testar vários métodos, percebi que os meus mapas mentais são, com toda certeza, os melhores instrumentos de estudo e revisão. Ao longo da minha preparação, fiz e utilizei mais de 700 mapas mentais, desenvolvendo e aperfeiçoando um método próprio de sua construção até chegar aos Mapas da Lulu 3.0, aos quais você terá acesso a partir de agora:

Os Mapas da Lulu 3.0 visam, sobretudo, otimizar suas revisões e aumentar seu número de acertos de questões, te ajudando a chegar mais rápido à aprovação! Após resolver mais de 14.700 questões de concursos públicos nos últimos dois anos, percebi quais são os assuntos mais cobrados pelas bancas e suas principais pegadinhas, e todo esse conhecimento foi incorporado em meus mapas para que você, que confia no meu trabalho, possa sair na frente dos seus concorrentes!

Ah, e se você não quiser perder minhas dicas de estudos e motivação diárias, inscreva-se no meu canal do Youtube: Lulu Concurseira e no meu Instagram: @lulu.concurseira. Já somos uma comunidade de mais de 220 mil concurseiros em busca do mesmo sonho: a aprovação!



Um beijo,
Laura Amorim
@laura.amorimc

PIRATARIA É CRIME

ATENÇÃO:

Este produto é para uso pessoal. Não compartilhe o seu material.

Pessoal, os Mapas da Lulu são resultado de mais de dois anos de dedicação aos estudos. Ainda hoje, reservo boa parte do meu dia para produzir conteúdo, responder dúvidas, aconselhar e dar dicas sobre concursos públicos gratuitamente por meio dos meus perfis no Instagram (@laura.amorimc e @mapasdalulu) e no Youtube (Laura Amorim).

Nunca tive a pretensão de ganhar muito dinheiro com a venda desse material, até mesmo porque prestei concurso público para, dentre outros motivos, alcançar a estabilidade e segurança financeira que queria.

Mas preciso cobrir meus custos com site, servidores, distribuição, design e também minhas horas de trabalho empregadas, debruçada sobre a escrivania, dores nas costas, cansaço físico e mental.

São mais de 1.600 Mapas Mentais, com tempo médio de uma hora e meia para elaboração de cada um deles. Recebo menos de 50 centavos por hora trabalhada, para poder contribuir para sua aprovação.

Em razão disso, já agradecida pelo carinho e compreensão de todos, peço que **NÃO COMPARTILHE O MATERIAL** por nenhum meio (sites, e-mail, grupos de WhatsApp ou Facebook...). Se você vir qualquer compartilhamento suspeito, peço que denuncie essa fonte ilegal, por favor e também me envie no contato@mapasdalulu.com.br. **Pirataria é crime** e pode resultar penas de até QUATRO anos de prisão, além de multa (art. 184, CP).

O compartilhamento do material pelo aluno importará em seu bloqueio imediato.

Agradeço a todos pelo enorme carinho e respeito. Espero que aproveitem muito os Mapas da Lulu.

Um beijo,
Laura Amorim

ÍNDICE

1. DIREITO CIVIL

1.1 LINDB - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	05
1.2 Pessoa Natural	13
1.3 Domicílio	20
1.4 Pessoa Jurídica	21
1.5 Bens	27
1.6 Atos, Fatos e Negócios Jurídicos	33
1.7 Decadência e Prescrição	44
1.8 Atos Ilícitos e Responsabilidade Civil	48
1.9 Obrigações	54
1.10 Contratos	62
1.11 Direitos Reais	74
1.12 Direitos de Família	81
1.13 Direito das Sucessões	90

LINDB

ASPECTOS GERAIS

- = Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro
- Dispositivo **autônomo** → não faz parte do Código Civil
- Disciplina vários ramos do Direito
- Disciplina {
 - Princípios
 - Aplicação
 - Vigência
 - Interpretação
 - Integração

FONTES DO DIREITO

- = Formas pelas quais o Direito se manifesta

CLASSIFICAÇÕES

- Diretas/imediatas = {
 - Leis
 - Costumes
- Indiretas/mediatas = {
 - Doutrina
 - Jurisprudência
- Materiais = Fatos sociais
- Formais = {
 - Lei
 - Analogia
 - Costumes
 - Princípios Gerais do Direito

LEIS

- = Norma comum e obrigatória proveniente do poder competente promovida de sanção
- Fonte primordial do Direito

CARACTERÍSTICAS

- Generalidade
- Imperatividade
- Autorizamento
- Permanência (Não se exaure com uma aplicação)
- Competência (Para valer contra todos, deve emanar da autoridade competente)

ASPECTOS GERAIS

- = Ter **força obrigatória**/executoriedade (a lei já pode produzir efeitos)
- Prazos para entrada em vigor são contados a partir de sua **publicação**. (não é da promulgação!)
- A **própria lei** poderá prever a data para entrada em vigor. (inclusive no próprio dia de sua publicação) se não, aplica-se a **regra geral**.

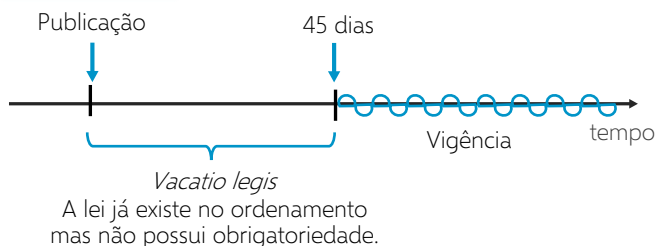
Promulgação = nascimento da lei em sentido amplo (atesta a existência da lei)

Publicação = exigência necessária para sua entrada em vigor (dá ciência a todos)

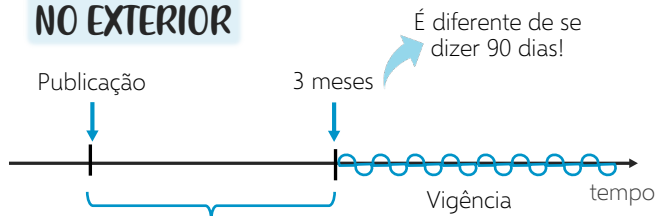
"Ninguém pode se escusar de cumprir a lei alegando que não a conhece"

REGRAS GERAIS (PREVISTA NA LINDB)

NO BRASIL ("Em todo o território nacional")



NO EXTERIOR



LINDB
= VIGÊNCIA =

MODIFICAÇÕES DE LEI JÁ PUBLICADA

- Durante a vacatio legis.**
 - O prazo **recomeça** a ser contado dessa nova publicação. (Para correção) (É a mesma lei)
 - Se a **republicação** for **parcial**, o prazo **recomeça apenas** para os dispositivos que foram republicados.
- Após a vacatio legis.** (Já em vigor)
 - "As correções a texto de lei já em vigor, **considera-se lei nova.**"

CONTAGEM DO PERÍODO DE VACÂNCIA

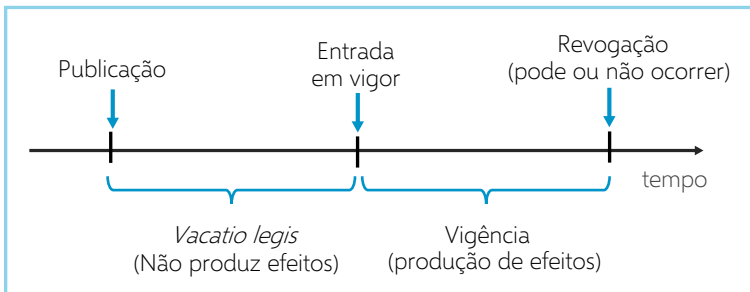
- Entram o primeiro (dia da publicação) e último dia
- A lei entra em vigor no **dia seguinte**



Dia da entrada em vigor = Dia da publicação + Prazo da vacatio legis

PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DAS LEIS

- = A lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue
- = Sem prazo determinado (se ela não se destinar a vigência temporária)



VIGÊNCIA TEMPORÁRIA

- = Leis com prazo de vigência específico
- São criadas para um fim determinado.

EXTINGUE-SE

1. Terminado seu prazo. (= Temporárias)
2. Cumprido seu objetivo. (= Excepcionais)

lindb
= VIGÊNCIA =

REVOGAÇÃO

- = Torna uma norma (ou parte dela) sem efeito → deixa de ter vigência
- **Tipos:**
 - Expressa → Revogação expressa no texto da lei.
 - Tácita → Quando a nova lei:
 1. É incompatível com a anterior
 2. Regula inteiramente a matéria
 - Parcial → A nova lei torna sem efeito apenas uma parte da lei antiga. (= Derrogação)
 - Total → A nova lei suprime todo o texto



A lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a anterior

MACETE:

Total → Ab-rogação

Parcial → Derrogação

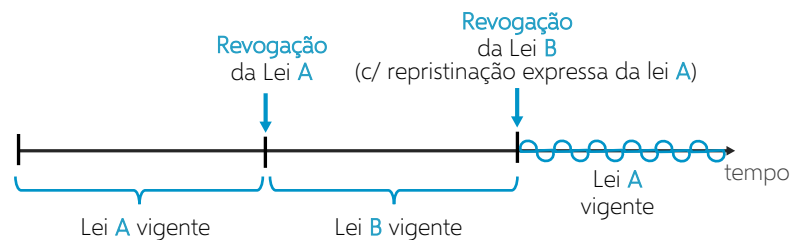
= TotalAb

lindb

= REPRISTINAÇÃO E ULTRATIVIDADE =

REPRISTINAÇÃO

- = Restaurar o valor obrigatório de uma lei **anteriormente revogada**.
- **Salvo disposição em contrário**, a lei revogada **não** se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
(Não existe repristinação tácita!)

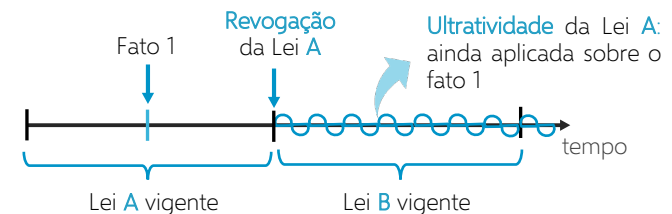


CAI MUITO!

Cuidado! Se a **lei revogadora** for declarada **inconstitucional**, não houve, realmente, revogação da lei anterior (Continua em vigor)

ULTRATIVIDADE

- = Quando a lei, **após a sua revogação**,
(Perda de sua vigência)
produz efeitos sobre fatos ocorridos durante sua vigência.
- É exceção à regra de que a lei precisa estar vigente para produzir efeitos.



ASPECTOS GERAIS

- Quanto há 2 normas vigentes **conflitantes** → sem que se possa saber qual utilizar.

REQUISITOS

1. Normas incompatíveis
 2. Indecisão devido à incompatibilidade
 3. Necessidade de decisão
- Para **evitar** o surgimento de **conflitos** com a publicação da nova lei, o legislador pode acrescentar **disposições temporárias**. (Transitórias)

CLASSIFICAÇÃO

ANTINOMIA REAL

- Para sua solução, é necessário criar uma **nova norma**.
(Não há uma que se aplique ao caso)

ANTINOMIA APARENTE

- Para sua solução, pode ser usada norma **já existente**.
→ Basta aplicar os critérios de solução de conflitos

lindb
= ANTINOMIAS =
NORMATIVAS

CRITÉRIOS PARA SOLUÇÃO

- **Hierárquico**: lei de **hierarquia superior** será utilizada em detrimento da de hierarquia inferior.
- **Cronológico**: lei "**nova**" revoga lei "**velha**".
(Desde que de mesma hierarquia)
- **Especialidade**: lei **especial** é utilizada em detrimento da lei geral.

APLICAÇÃO DA LEI



- **Subsunção** → quando o fato enquadra-se perfeitamente no conceito abstrato da norma.
- Casos
 - ↳ Não previstos → Integração
 - ↳ Com alguma imperfeição → Interpretação

INTERPRETAÇÃO

- **Métodos:**
 1. Gramatical/literal/semântica
 - Análise das palavras (Individual e conjuntamente)
 - Método restrito
 2. Lógica
 - Uso de raciocínio e conclusões lógicas
 3. Sistemática
 - Interpreta em conjunto com o ordenamento jurídico e princípios do Direito

LINDB = INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO =

INTEGRAÇÃO

- Preenchimento de **lacunas** no ordenamento (= ausência de norma expressa ou específica)
- **LINDB**: sendo a lei omissa, o juiz decidirá de acordo com:

Ordem hierárquica

- ↳ Analogia
- ↳ Costumes
- ↳ Princípios Gerais do Direito



CAI MUITO!

O **juiz não pode se recusar** a analisar/julgar uma causa **alegando a omissão da lei**.

INTEGRAÇÃO

ANALOGIA

- O aplicador do direito se vale de uma **outra norma** (parecida) de modo a aplicá-la no caso concreto.
- Tipos:
 - Analogia **legal** → aplicação de outra norma já existente.
 - Analogia **jurídica** → será utilizado um conjunto de normas para se extrair elementos aplicáveis ao caso concreto.

COSTUMES

- Decorrem da prática

{	reiterada	de
	constante	
	pública	
	geral	

 determinado ato com a certeza de sua obrigatoriedade.

Condições:

- Continuidade
- Uniformidade
- Diuturnidade
- Moralidade
- Obrigatoriedade

lindo
**INTERPRETAÇÃO
= E INTEGRAÇÃO =**

PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO

- Regras abstratas e gerais que orientam o entendimento do sistema jurídico.

EQUIDADE

- Não prevista literalmente.
- = Busca pelo justo
- Só pode ser usada nos casos previstos em **lei** (novo CPC).

PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE TEMPERADA

- Adotado pelo **Brasil**. (MITIGADA)
- = Um Estado soberano permite que sejam aplicadas leis e sentenças de outros Estados em seu território.
(= Extraterritorialidade)

- Território **real**: território geográfico + águas territoriais + espaço aéreo.
- Território **ficto**: embaixadas, consulados, navios/aeronaves de guerra, etc.

REQUISITOS PARA APLICAÇÃO DA LEI ESTRANGEIRA

- A lei deve:
 - Estar de acordo com:
 - a ordem pública
 - os bons costumes
 - Não ofender a soberania nacional.

Se necessária a aplicação de lei estrangeira, ter-se-á em vista a disposição desta, sem considerar-se qualquer remissão por ela feita a outra lei.


LEI DO DOMICÍLIO

- São por ela regidas:
 - Regras sobre:
 - Começo/fim da personalidade
 - Nome
 - Capacidade
 - Direito de família
 - Regras quanto aos bens **móveis** trazidos ou destinados ao transporte para outro lugar
Para os demais bens/obrigações = Princípio da Territorialidade (Onde localizado o bem e constituída a obrigação)
 - Sucessões: lei do domicílio do:
 - defunto/desaparecido → sucessão
 - herdeiro/legatário → capacidade para suceder
 - Competência da autoridade judiciária
É da autoridade brasileira se { réu domiciliado no Brasil ou aqui tiver de ser cumprida a obrigação

LINDB

= EFICÁCIA DA LEI NO ESPAÇO =

REQUISITOS PARA EXECUÇÃO DE SENTENÇAS PROFERIDAS NO ESTRANGEIRO

- Por juiz competente
- Partes citadas (ou revelia)
- Ter passado em julgado + formalidades necessárias à execução
- Tradução por intérprete autorizado
- Ter sido homologada pelo **STJ**.  **CAI MUITO!**
(a literalidade da LINDB diz STF, mas a CF/88 coloca esta competência para o STJ)

ASPECTOS GERAIS

- Pessoa = ente **físico** ou **moral**
suscetível de { direitos
obrigações
- É o sujeito de direitos.

ESPÉCIES

- Pessoa **natural** (Ser humano)
- Pessoa **jurídica**
(Agrupamento de seres humanos
com fins e interesses comuns)

INÍCIO

- Personalidade civil começa com o **nascimento com vida** (Teoria Natalista)
(= respirar)
- ↳ Mas a lei põe a salvo, **desde a concepção**, os direitos do **nascituro**
Possui personalidade jurídica **formal**
(Material, não)
(Essa proteção alcança o natimorto)

Na sucessão testamentária,
podem ser chamados a
suceder os filhos ainda não
concebidos de pessoas
indicadas pelo testador.
(Desde que vivas, estas,
ao abrir-se a sucessão)

PESSOA
natural

INDIVIDUALIZAÇÃO DA PESSOA NATURAL

- Sob **3 aspectos**:
 1. **Nome**: individualiza o indivíduo.
 - = prenome + sobrenome
 - Ligado ao registro da pessoa
 - Proibido seu uso sem autorização em propaganda comercial
 - Proteção se estende ao pseudônimo
(Adotado para atividades lícitas)
 2. **Estado**: define sua posição
 - { na sociedade política
na família
 - Individual → idade, sexo, saúde...
 - Familiar → casado, solteiro, pai, filho...
 - Político → estrangeiro, nacional...
 3. **Domicílio**: local de sua atividade social.
(Detalhado em mapa próprio)

ASPECTOS GERAIS

= Poderes ou faculdades

ESPÉCIES

- De gozo ou **de direito**:
 - Oriunda da personalidade
 - Inerente à pessoa
 - Capacidade de { adquirir direitos
contrair obrigações
- De exercício ou **de fato**:
 - Capacidade de exercer direitos por si só na vida civil
 - Leva em conta critérios como { idade
estado de saúde

Capacidade plena = Capacidade de direito + Capacidade de fato

Não confundir incapacidade com proibição legal de efetuar certos negócios jurídicos com certas pessoas ou com relação aos bens a elas pertencentes.
(= falta de legitimidade)

Ex.: outorga conjugal, venda de pai para filho sem autorização dos demais, etc.

INCAPACIDADE

- = Restrição **legal** para determinados atos da vida civil (Todas são previstas em lei)
- Visa proteger pessoas com deficiências jurídicas apreciáveis.

TIPOS

- Absolutamente incapaz** → totalmente proibido de exercer por si só o direito.
 - É **nulo** qualquer ato praticado por ele. (Deve ser **representado**)
 - São absolutamente incapazes os **menores de 16 anos**.
(Não há mais previsão relacionada a deficiência – só a idade!) **ATENÇÃO!**
- Relativamente incapaz** → em regra, deve ser **assistido** para a prática dos atos da vida civil.
 - Mas pode praticar alguns atos sozinho.
Ex.: aceitar mandato, ser testemunha, fazer testamento, votar.
- São **relativamente incapazes**:
 - Maiores de 16 e menores de 18 anos
 - Ébrios habituais e os viciados em tóxico
 - Aqueles que não puderem exprimir sua vontade (por causa transitória ou permanente)
 - Pródigos (Gastam desordenadamente)
Privados exclusivamente dos atos que possam comprometer seu patrimônio

pessoa
NATURAL
= CAPACIDADE =

Absolutamente incapaz → Representação
Relativamente incapaz → Assistência
(primeiras letras invertidas)

CESSAÇÃO DA INCAPACIDADE

- Quando as **situações** que a determinava **desaparecerem**.
 - Menoridade cessa aos **18 anos** completos.
 - Emancipação → cessa a incapacidade para os menores. (Antecipa os direitos que ele só teria aos 18 anos)
- ↪ Só tem efeitos na **esfera civil**
(É irrelevante na esfera penal)

HIPÓTESES DE EMANCIPAÇÃO

- Pela **concessão dos pais** (Ou de um deles, na falta do outro)
mediante instrumento público, (= **Voluntária**)
independentemente de homologação judicial
↪ É **ato unilateral** dos pais (Não é necessária a participação do menor)
 - Por **sentença do juiz**, ouvido o tutor, se o menor tiver 16 anos completos (= **Judicial**)
 - Pelo **casamento**
 - Pelo exercício de **emprego público efetivo**
 - Pela colação de grau em **ensino superior**
 - Pelo estabelecimento civil ou comercial ou existência de relação de emprego
(Se tiver 16 anos completos e, em função deles, tenha economia própria)
- } = Legal

PESSOA
natural
= EMANCIPAÇÃO =

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- A emancipação é {irrevogável
definitiva}
- Uma vez concedida, o emancipado não retorna à incapacidade. Por exemplo, se ele for emancipado devido ao casamento, ainda que haja {viuvez
separação
divórcio,} ele não volta a ser incapaz
- Se houver alguma **falha** nas condições legais à emancipação, há {nulidade ou
anulabilidade}

ASPECTOS GERAIS

- A existência da pessoa natural (Assim como sua personalidade) termina com a **morte**.

→ A vontade sobrevive pelo testamento.

- Morte { real
presumida → Com ou sem decretação de ausência

Registrada, em registro público

MORTE PRESUMIDA

- Com decretação de ausência:
 - Nos casos em que a lei autoriza a abertura da **sucessão definitiva**.
- Sem decretação de ausência:
 - Morte extremamente provável de quem estava em **perigo de vida**.
 - Se alguém { desaparecido em campanha ou feito prisioneiro
não for encontrado em até 2 anos após o término da guerra.
 - Só pode ser requerida após cessarem as buscas e averiguações.
 - A sentença deve fixar a data provável do falecimento.

PESSOA NATURAL
= EXTINÇÃO =

MORTE COMORIÊNCIA

CAI MUITO!

- = Presunção de **morte simultânea**
- Se 2 ou mais indivíduos falecerem na **mesma ocasião**, não se podendo averiguar se algum precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.
- Ex.: ambos morrem em um acidente de avião
- Importante para o Direito de Família e das Sucessões.

ASPECTOS GERAIS

- Direitos **inerentes** à condição de humano.
(Desde o nascimento)
- São **extrapatrimoniais**.
(Não podem ser avaliados pecuniariamente)
- São **inumeráveis**.
(Lista meramente exemplificativa)

AMEAÇA OU LESÃO A DIREITO DA PERSONALIDADE

- Se houver **lesão** ou **ameaça** pode-se:
- Exigir que cesse
- Reclamar perdas e danos
(Sem prejuízo de outras sanções)

Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer:

- Cônjuge sobrevivente
- Qualquer parente em linha reta
- Colateral até o 4º grau

CARACTERÍSTICAS

1. **Absolutos**: podem ser opostos a todos.
2. **Intransmissíveis**: inseparáveis de seu titular. Mas seus efeitos patrimoniais são transmissíveis/negociáveis.
3. **Indisponíveis** (em regra): estão fora do comércio.
4. **Irrenunciáveis**: são inerentes à pessoa. Seu exercício não pode sofrer limitação voluntária.
5. **Imprescritíveis**: não se consomem com o

pessoa
PESSOA
natural
NATURAL
DIREITOS DA
PERSONALIDADE

DISPOSIÇÃO DO CORPO EM VIDA

- Salvo por **exigência médica**, é **defeso** ato de disposição do próprio corpo quando **Importar diminuição permanente da integridade física ou Contrariar os bons costumes**
- Será admitido para fins de **transplante**
(Conforme lei especial)
- Essa proteção é conferida desde a **concepção** e até a morte.

DISPOSIÇÃO DO CORPO PARA DEPOIS DA MORTE

- É válida, com objetivo { científico
altruístico
- Deve ser **gratuita**.
- Pode dispor seu corpo { no todo ou
em parte
- Deve haver constatação de **morte encefálica**.
- O ato de disposição pode ser **revogado a qualquer tempo**.
- A pessoa deve deixar sua **vontade expressa** em vida, ou essa decisão caberá aos **familiares**.

PROTEÇÃO AO NOME

- Todos têm direito ao **nome**
= prenome + sobrenome
- Seu nome **não** pode ser empregado por outrem em { publicações
representações } que a exponham ao **desprezo público**.
(Ainda que não haja intenção difamatória)
- **Proibido** seu uso **sem autorização** em propaganda comercial.
- Proteção se estende ao **pseudônimo**.
(Adotado para atividades lícitas)

PESSOA NATURAL = DIREITOS DA PERSONALIDADE =

CONSTRANGIMENTO A TRATAMENTO MÉDICO OU INTERVENÇÃO CIRÚRGICA

- "Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a { tratamento médico
intervenção cirúrgica." }
(Literalidade C.C.)

PROTEÇÃO INTELECTUAL E DA IMAGEM

- A divulgação de escritos
Transmissão da palavra
Publicação
Exposição
Utilização } da imagem
- Poderão ser **proibidas** se lhe atingirem:
- Honra
 - Boa fama
 - Respeitabilidade ou
- Se destinarem a fins comerciais
- Salvo se { autorizados ou
necessários à } Administração da Justiça
Manutenção da ordem pública
- Mediante requerimento e sem prejuízo da indenização que couber

PESSOA
NATURAL
DIREITOS DA
= PERSONALIDADE =

INTIMIDADE

- A vida privada da pessoa natural é **inviolável**.
O **juiz**, a pedido do interessado, adotará as providências necessárias para { impedir
fazer cessar
ato contrário.
- **Incluem-se** os direitos:
 - Ao silêncio
 - Ao sossego
 - Ao sigilo { de correspondência
telefônico
via internet
 - De não ser { ouvido
visto em sua intimidade
observado

ASPECTOS GERAIS

- Onde a pessoa natural está **fixada**.
(Necessidade jurídica)
- ➡ Onde encontrá-la caso seja preciso.
- Conceito criado por **lei**.

- **Residência** = onde a pessoa mora.
- **Habitação/moradia** = caráter de transitoriedade.
- **Domicílio civil** = onde estabelece sua residência com **ânimo definitivo**.
(Característica subjetiva)

OBSERVAÇÕES

- Se não tiver residência habitual, **domicílio** = onde for **encontrada**.
- Se tiver várias residências onde alternadamente viva, **domicílio** = **qualquer uma** delas.

DOMICÍLIO PROFISSIONAL

- É também domicílio da pessoa natural, quanto às **relações concernentes à profissão**, o lugar onde esta é exercida.
- Se exercer profissão em **vários lugares**, cada um deles constitui domicílio para as relações que lhe corresponderem.

domicílio

CLASSIFICAÇÕES

QUANTO À ORIGEM

- Domicílio **voluntário**:
 - A pessoa escolhe livremente.
- Domicílio **necessário** (legal):
 - Imposto por **lei**. (Independente da vontade das partes)
 - Obrigatório para:

• Incapaz	• Marítimo
• Servidor público	• Preso
• Militar	• Diplomata

QUANTO À NATUREZA

- Domicílio **geral**:
 - Necessários e voluntários.
- Domicílio **especial**:
 - Quando decorre de um acordo entre as partes (ex.: contrato).

MUDANÇA DE DOMICÍLIO

- Com a transferência da residência com **intenção** de mudar o domicílio.

➡ PROVA DA INTENÇÃO

- Declaração das municipalidades ou
(De onde deixa e para onde vai)
- Própria mudança, com as circunstâncias que a acompanharem.

PESSOAS JURÍDICAS

ASPECTOS GERAIS

- Entidades às quais a lei confere **personalidade**.
- Têm **direitos** e **obrigações**.
- Formadas por { conjunto de pessoas ou conjugação patrimonial
- **Princípio da Autonomia Patrimonial**: o patrimônio da P.J. não se confunde com o de seus membros.

CC/2002: Teoria da Realidade Técnica

↓
A personificação é um expediente técnico

↓
Atributo deferido pelo Estado a entidades que preencham os requisitos

CONSTITUIÇÃO

- Preenchimento dos **requisitos**:
 - Vontade
 - Obediências às condições legais
 - Finalidade lícita
- Início da **existência legal** = **inscrição** dos atos constitutivos no respectivo **registro**
 Quando **necessário**, precedida de **autorização** ou **aprovação** do Poder **Executivo**.
- **Decai em 3 anos** da publicação da inscrição o direito de **anular** a constituição da P.J. **por defeito** no ato.

CAPACIDADE

- = Plena e limitada à finalidade para que foi criada.
- Poderes estipulados em:
 - Lei
 - Atos constitutivos
 - Ordenamento interno

NACIONALIDADE

NACIONAL

- Organizada conforme a **lei brasileira**
+ **sede** de sua administração **no país**.

ESTRANGEIRA

- Não pode funcionar no país sem **autorização do Executivo**.
- Se autorizada → sujeita-se a leis e tribunais brasileiros
+ deve ter representante no Brasil
- Pode ser acionista de S.A. brasileira.

ESTRUTURA INTERNA

CORPORAÇÃO

- Conjunto de **pessoas** com vontade única.
(Ex.: sociedades e associações)

FUNDAÇÃO

- Patrimônio** personalizado destinado a um fim.
(Ex.: fundações públicas e privadas)

PESSOAS JURÍDICAS

= CLASSIFICAÇÕES =

FUNÇÃO E CAPACIDADE

P.J. DE DIREITO PÚBLICO

- Aquelas previstas **em lei**.

DE DIREITO PÚBLICO INTERNO

- União + Estados/DF + Territórios + Municípios
- Autarquias + Fundações Públicas
- Demais de caráter público criadas por lei.

DE DIREITO PÚBLICO EXTERNO

- = Estados estrangeiros
+ Pessoas regulamentadas pelo Direito Internacional Público

P.J. DE DIREITO PRIVADO DECORE!

- Instituídas por iniciativa de **particulares**.
- =
 - Associações (Inclui sindicatos!)
 - Fundações particulares
 - Sociedades simples e empresárias
 - Organizações religiosas
 - Partidos políticos
 - EIRELIs

ATENÇÃO!

As bancas adoram dizer que são de Direito Público!

PESSOAS JURÍDICAS



PRINCIPAIS GRUPOS DESPERSONALIZADOS

MASSA FAUDA

- Conjunto de bens após a decretação da falência da P.J.
- Representada pelo administrador judicial.

HERANÇA JACENTE/VACANTE

- Quando o *de cujus* não possuía { testamento ou herdeiros
- Representada por um curador.

ESPÓLIO

- Conjunto de direitos e obrigações do *de cujus*.
- Representado pelo inventariante.
(Administrador provisório antes da nomeação)

CONDOMÍNIO

- Propriedade conjunta/comum de algo.
- Condomínios de edifícios (Há controvérsias doutrinárias)
- Representado pelo síndico.


FAMÍLIA

SOCIEDADES E ASSOCIAÇÕES DE FATO

SOCIEDADES DE FATO

- = Sociedades **sem personalidade** jurídica:
 - Não fizeram seu registro ou
 - Não têm autorização legal de funcionamento.
- São **representadas** pela pessoa a quem couber a **administração** de seus bens.

ASPECTOS GERAIS

- = União de pessoas organizadas para fins não econômicos.
- Não há, entre os associados, direitos e obrigações **recíprocos**.  CAI MUITO!
- Seu **lucro**, se houver, deve ser **reinvestido**.
(Não pode ser distribuído aos associados)
- Possuem natureza associativa:
 - Partidos políticos
 - Sindicatos
 - Associações religiosas

ASSOCIADOS

- Devem ter **iguais direitos**, mas o estatuto **poderá** instituir categorias com **vantagens especiais**.
- Se o estatuto **não** dispuser o contrário, a qualidade de associado é **intransmissível**.

A **transferência** de quota/fração ideal **não** importará, por si só, na atribuição da qualidade de **associado**.

- **Exclusão**: só por **justa causa** e com ampla defesa.

PESSOAS JURÍDICAS = ASSOCIAÇÕES =

ASSEMBLEIA GERAL

COMPETÊNCIAS PRIVATIVAS

- Destituir os administradores
- Alterar o estatuto.

CONVOCAÇÃO

- Na forma do estatuto
- Garantida a $\frac{1}{5}$ dos associados.

DISSOLUÇÃO

- O remanescente do patrimônio líquido será **destinado** a entidade de fins não lucrativos designada no **estatuto**, ou, se omissa, a

instituição	<div style="font-size: 2em; vertical-align: middle;">{</div> municipal estadual federal
-------------	---

de **fins idênticos** ou **semelhantes**.

➡ Se não houver, devolverá à Fazenda do Estado/DF ou da União.

ASPECTOS GERAIS

- = **Patrimônio** destinado a uma finalidade.
- Criada por:
 - Escritura pública
 - Testamento
 } Dotação especial de bens livres
- Especificando o **fim** a que se destina e declarando, se quiser, a maneira de **administrá-la**.

FINALIDADES ADMITIDAS

- Assistência social
- Cultura, defesa e preservação do patrimônio
 - histórico
 - artístico
- Educação
- Saúde
- Segurança
 - alimentar
 - nutricional
- Defesa e preservação do meio ambiente
 - + desenvolvimento sustentável
- Promoção da ética, cidadania, democracia e direitos humanos
- Atividades religiosas
- Pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas
 - + modernização de sistemas de gestão
 - + produção e divulgação de informação

PESSOAS JURÍDICAS = FUNDAÇÕES =

INSTITUIÇÃO

- Modalidades:
 - **Direta** → a própria **pessoa instituidora** projeta e regulamenta a fundação.
 - **Fiduciária** → o instituidor **delega** essas funções.
- Recursos **insuficientes**:
 - Os bens serão incorporados em outra fundação com fins idênticos ou semelhantes.
 (Se de outro modo não dispuser o instituidor)

PARTICIPAÇÃO DO MP

- MP do **Estado/DF** velará pelas fundações.
 - Se atividades em >1 estado, caberá o encargo ao MP de **cada estado**.
 - Se no DF ou territórios → MPDFT

EXTINÇÃO

- Por qualquer **interessado** ou **MP**.
 - Hipóteses:
 - Se tornar ilícito seu objeto
 - Se for impossível sua manutenção
 - Se vencer o prazo de sua existência
 - Seu **patrimônio** será incorporado em **outra fundação** com fins idênticos ou semelhantes designada pelo juiz.
- (Se de outro modo não dispuser o instituidor)

ASPECTOS GERAIS

- Em casos de **abuso** da personalidade jurídica =
 - Desvio de finalidade
 - Confusão patrimonial
- + Extensão de obrigações dos sócios/administradores à pessoa jurídica.
- Para que sejam atingidos **bens particulares** dos **sócios** ou administradores.

⚡-NOVIDADE! (LEI N. 13.874/19)

- Desvio de finalidade**
- = Utilização da P.J. para:
 - Lesar credores
 - Praticar atos ilícitos
 } Não inclui mera expansão ou alteração da finalidade original da atividade econômica
- Confusão patrimonial**
- = Ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por:
 - Cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio/administrador
 - Transferência de ativos/passivos sem contraprestação (Salvo valor proporcionalmente insignificante)
 - Outros atos de descumprimento da autonomia patrimonial.
- A **mera existência** de **grupo econômico** sem a presença dos requisitos **não** autoriza a desconsideração.

PESSOAS JURÍDICAS

= DESCONSIDERAÇÃO =


TEORIA MAIOR

- Requisitos:
 - Abuso da personalidade jurídica
 - Prejuízo
- Adotada pelo **Código Civil**.

TEORIA MENOR

- Único requisito = prejuízo do credor
- Adotada pela **jurisprudência** em relações de **consumo**. (Polêmico)

"DESCONSIDERAÇÃO INVERSA"

- O **sócio**, com o objetivo de prejudicar terceiros, **oculta** ou **desvia** seus bens pessoais para a pessoa jurídica.  Pode-se desconsiderar a P.J. para atingir tais bens

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES CAI MUITO!

- A comprovação da insolvência não é necessária para que seja feita a desconsideração da P.J.
- A aplicação da desconsideração da P.J. não implica a dissolução ou a anulação da sociedade.



BENS



BENS CONSIDERADOS EM SI MESMOS

BENS FUNGÍVEIS

→ Atributo exclusivo de bens móveis

- = Bens móveis que **podem substituir-se** por outros da mesma
 - espécie
 - qualidade
 - quantidade

Ex.: dinheiro.

Mútuo = empréstimo de coisas fungíveis.

BENS INFUNGÍVEIS

- Aqueles que não podem ser substituídos.
- = São únicos/personalizados.

Ex.: Quadro famoso.

É possível que um bem fungível por natureza seja **infungível por vontade das partes**.

BENS CONSIDERADOS EM SI MESMOS

BENS CONSUMÍVEIS

- = Móveis:
 - Cujo **uso** → **destruição imediata** (De fato)
 - Destinados à **alienação** (De direito)

BENS INCONSUMÍVEIS

- = Podem ser usados de **forma contínua** sem perder sua substância ou ser destruídos.
(Observar a destinação econômico-jurídica)

BENS DIVISÍVEIS

- = Podem ser **fracionados** sem:
 - Alteração na sua substância
 - Diminuição **considerável** de valor
 - Prejuízo a seu uso.

Ex.: sacos de arroz.

BENS INDIVISÍVEIS

- = Não podem ser **fracionados** nas condições acima.

Ex.: quadro do Picasso.

- Bens divisíveis podem **tornar-se indivisíveis** por
 - determinação da lei
 - vontade das partes

BENS

BENS CONSIDERADOS EM SI MESMOS

BENS SINGULARES

- = Bens que, embora reunidos, se consideram de **per si**, independentemente dos demais.
(São analisados em sua individualidade)

TIPOS

- **Simples**: suas partes são unidas por natureza.
Ex.: bois.
- **Compostos**: suas partes são unidas por esforço do homem.
Ex.: carros, casas.

- Partes Integrantes → mantêm sua identidade quando unidas para formar uma coisa composta.
- Partes Componentes → perdem sua identidade quando unidas para formar uma coisa composta.

BENS COLETIVOS (Ou universais)

- Formam um **todo único**, que passa a ter uma **identidade própria**.
(Diferente daquela das partes)

Ex.: floresta, rebanho.

- Abrangem as **universalidades**:
 - De **fato**: pluralidade de **bens singulares** que, pertinentes à mesma pessoa, tenham **destinação unitária**.

→ Bens que formam essa universalidade podem ser objeto de **relações jurídicas próprias**.

Ex.: galerias de obras de arte.

- De **direito**: complexo de **relações jurídicas**, de uma pessoa, dotadas de valor **econômico**.

→ Advém da **lei**.

Ex.: patrimônio.

BENS



BENS RECIPROCAMENTE CONSIDERADOS

- Relação **entre** os bens.

BENS PRINCIPAIS

- Existem sobre si.
- = Têm existência própria.
(Abstrata ou concretamente)

BENS ACESSÓRIOS

- Cujas existência **pressupõe** a do **principal**.
- **Regra:** o bem acessório **segue** o destino do **principal**:
 - Princípio da Gravitação Jurídica: A natureza jurídica do acessório é a mesma natureza do principal.
 - O proprietário do principal é também do acessório.
- **Classes:**
 - Frutos
 - Produtos
 - Benfeitorias

FRUTOS

- = Utilidades que uma coisa **periodicamente** produz **sem** sofrer **alteração** em sua substância, sendo **separáveis**.
- Quanto à **origem**:
 - Naturais
 - Civis
 - Industriais
- Quanto ao **estado**:
 - Pendentes → Ainda ligados à coisa.
 - Percebidos/colhidos → Já separados.
 - Estantes → Separados e armazenados para venda.
 - Percipiendos → Deviam ter sido colhidos, mas não foram.
 - Consumidos → Não mais existem.

O possuidor de **boa-fé**, enquanto ela durar, tem direito aos **frutos percebidos**.

O de má-fé, não.

BENS

BENS ACESSÓRIOS

PRODUTOS

- = Algo que, ao ser retirado, **diminui-lhes** a quantidade.
- **Não** se reproduzem **periodicamente**.
- Ex.: Metais.


BENFEITORIAS

- = Melhoramentos acrescidos à coisa.
(Em bem já existente)
- **Necessárias**: para evitar que se deteriore ou conservá-la.
- **Úteis**: para aumentar seu valor
 ↪ Aumentam ou facilitam o uso da coisa
- **Voluptuárias**: para torná-la mais vistosa ou agradável.
 ↪ As de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor.

PERTENÇAS

- = Bens que, não sendo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro a:
 - uso
 - serviço
 - aformoseamento
 } de outro.
- A sua existência **não** está **subordinada** à do principal. (Não "segue o principal")

ASPECTOS GERAIS

- = Bens de domínio nacional, pertencentes a pessoa jurídica de **direito público** interno. 
União, Estados/DF, Municípios, Territórios
- Os **demais** serão bens **particulares** independentemente de seus titulares.

CLASSIFICAÇÃO

 Conforme o modo de utilização do bem

BENS DE USO COMUM DO POVO

- Podem ser **utilizados**, sem restrições, de forma **gratuita** ou **onerosa**, por **todos**. (Sem necessidade de qualquer permissão)
- **Ex.:** rios, mares, ruas, praças.

BENS DE USO ESPECIAL

- Possuem uma **destinação especial**: são usados pelo próprio Poder Público para execução de seus serviços públicos.
- **Ex.:** edifícios/terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da


BENS PÚBLICOS

CARACTERÍSTICAS


INALIENABILIDADE

- Aplica-se aos bens de uso

{	comum
	especial

(Enquanto guardarem a afetação pública)
-  Os bens **dominicais** podem ser alienados (Os **desafetados** tornam-se dominicais)

IMPRESCRITIBILIDADE

- Não podem ser adquiridos por usucapião.
-  Aplica-se a **todos** os bens públicos, inclusive os **dominicais**.

IMPENHORABILIDADE

- Não podem ser dados em garantia.

BENS DOMINICAIS

= Compõem o patrimônio da

{	União
	Estados/DF
	Municípios

(Móveis e imóveis)

- **Não** são **afetados** a qualquer destinação pública.
- **Ex.:** terras devolutas, oficinas, fazendas e indústrias pertencentes ao Estado.
- Não dispondo lei em contrário, são **dominicais** os bens pertencentes a P.J. de Direito Público a que se tenha dado **estrutura de Direito Privado**.

atos e fatos jurídicos

FATO JURÍDICO

- Acontecimento com **repercussões jurídicas** (efeitos jurídicos).
 Ex.: aquisição, conservação, transferência (...) de direitos
- **Tipos** de fatos jurídicos:
 - Natural (Fato jurídico *stricto sensu*)
 - ↳ Independe da vontade humana
 - ↳ Pode ser:
 - Ordinário
 - Extraordinário
 - Humano (= ato jurídico)

ATO JURÍDICO

- Ação humana.
- Tipos de atos jurídicos:
 - Ato **ilícito** (= de efeito involuntário)
 - Ato **lícito** (Decorem de manifestação de vontade)
 - Stricto sensu (Ato não negocial)
 - Efeitos previstos em **lei**.
 - Independe da vontade das partes.
 - Aplicam-se, no que couber, as disposições dos negócios jurídicos.
 - Negócio jurídico (Ato negocial)
 - Aplica-se a **autonomia privada**.
 - Resulta nos efeitos desejados pelas partes.

NÚMERO DE PARTES

UNILATERAIS

- Há apenas **uma** declaração de **vontade**.
- Pode envolver **um ou mais** sujeitos.
- **Ex.:** instituição de uma fundação por duas pessoas.
- **Ato receptício** → o conhecimento da pessoa a quem é dirigido é necessário. (Ex.: oferta de recompensa)

BILATERAIS

- Há apenas **duas manifestações** de **vontade**. → Em sentido contrário, mas coincidentes no objeto.
- **Tipos:**
 - **Simplex:** vantagens para uma parte + ônus para a outra.
 - **Ex.:** comodato, doação, etc.
- **Sinalagmáticos:** há ônus e vantagens recíprocos. → Cuidado! É bilateral.
- **Ex.:** aluguel, compra e venda, etc.

NEGÓCIOS JURÍDICOS = CLASSIFICAÇÕES =

CONTEÚDO

PATRIMONIAIS

- Originam direitos e obrigações de conteúdo econômico.

EXTRAPATRIMONIAIS

- Relacionados a direitos (Pessoais) } personalíssimos e de família

TEMPO DOS EFEITOS

INTER VIVOS

- Consequências jurídicas ocorrem durante a vida dos interessados.

MORTIS CAUSA

- Regulam as relações após a morte do sujeito (Declarante)
- São sempre negócios nominados/típicos.

Negócio **plurilateral** = mais que duas partes envolvidas

NEGÓCIOS JURÍDICOS

= CLASSIFICAÇÕES =

VANTAGENS QUE PRODUZEM

A TÍTULO GRATUITO

- **Não** há contraprestações.
→ Uma parte aumenta seu patrimônio e o da outra diminui.

A TÍTULO ONEROSO

- **Mútua** transmissão.
→ Visar, reciprocamente, a obter vantagens
- **Tipos:**
 - Comutativos:

Têm prestações	{	equivalentes
		certas
		determinadas
 - Aleatórios:
A prestação de uma das partes depende de acontecimentos **incertos** e **inesperados**.

NEUTROS

- **Não** há uma atribuição patrimonial determinada.
- = Destinação de bens a uma **finalidade**.
- **Ex.:** ato de instituição de bem de família.

BIFRONTES

- Podem ser **onerosos** ou **gratuitos** a critério das partes.
- **Ex.:** mútuo, mandato, depósito.

FORMA

FORMAIS (SOLENES)

- Exigem **forma especial**, prescrita em **lei**.
- **Ex.:** testamentos.

NÃO FORMAIS

- Não exigem **forma especial** ou **solenidades**. (Podem ser até verbais)
- É a regra: a validade da declaração de vontade **não depende** de forma especial.
(Apenas quando a lei expressamente o exigir)

ELEMENTOS ESSENCIAIS

- **Forma** prescrita ou não defesa em lei.
- Agente **capaz**
- Objeto
 - ↳ Lícito
 - ↳ possível
 - ↳ determinado/determinável

AGENTE

- Validade do ato → agente **capaz**.
Deve ser aferida no momento do ato.
- Ato praticado por **agente**:

Absolutamente
incapaz
(Representado)

→ Nulo

Relativamente
incapaz
(Assistido)

→ Anulável



A incapacidade relativa de uma das partes **não** pode ser **invocada** pela outra em benefício próprio

+ **Não aproveita** aos interessados capazes

→ **Salvo** se **indivisível** o objeto do direito/obrigação comum.

OBJETO

- = **Vantagens** auferidas pelas partes.
- Deve ser:
 - Lícito (O ilícito não é negócio jurídico)
 - Possível
 - ↳ Impossibilidade:
 - Absoluta → comum a todos
 - Relativa → somente o agente (Não invalida o negócio jurídico)
 - Determinado ou determinável (No momento de sua concretização)

FORMA

- Prescrita ou não defesa em **lei**.
- Em **regra**, a forma é **livre**.
- No N.J. celebrado com a **cláusula** de não valer sem instrumento público, este é da **substância do ato**.

negócios jurídicos
NEGÓCIOS JURÍDICOS
= ELEMENTOS =

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- A **manifestação** de vontade **subsiste** ainda que seu autor haja feito **reserva mental** de não querer o que manifestou.
↳ Salvo se o destinatário sabia
- A **intenção** da declaração **prevalece** sobre o **sentido literal**.
- **Silêncio** = anuência **se**:
 - Circunstâncias ou usos o autorizarem.
 - Não for necessária declaração expressa.

ELEMENTOS ACIDENTAIS

- Podem ser acrescentados pela **vontade** dos agentes/partes.
- São eles
 - condição
 - termo
 - encargo

CONDIÇÃO

- = Cláusula que **subordina o efeito** do negócio jurídico a evento
 - futuro e
 - incerto
- + Derivada exclusivamente da **vontade** das partes
- **Atos puros** → não admitem condição (Direitos de família, personalíssimos)

CONDIÇÕES DEFESAS

- **Privam** o N.J. de todo o **efeito**
- Sujeitam o N.J. ao **puro arbítrio** de uma das partes (= potestativos puros)
- Contrária a
 - lei
 - ordem pública
 - bons costumes

CONDIÇÕES QUE INVALIDAM O N.J.

- Suspensivas: física ou juridicamente **impossíveis**
- **Ilícitas** ou de fazer coisa ilícita
- **Incompreensíveis** ou **contraditórias**
- São **inexistentes** as condições de **não fazer** coisa **impossível**.

NEGÓCIOS JURÍDICOS

TIPOS DE CONDIÇÃO

- Condição **suspensiva**:
 - Protela a eficácia do N.J.
 - Não se adquire o direito enquanto não se verificar a condição. →
Mas a pessoa que estabeleceu a condição não pode mais dispor livremente da coisa.
- Condição **resolutiva**:
 - Põe fim ao negócio jurídico.
 - Enquanto não ocorrer, vigora o N.J.
 - São inexistentes se impossíveis.
- Quanto à ocorrência:
 - Pendente (Ainda não ocorreu)
 - Implementada (Verificada a condição)
 - Frustrada (Não se realiza)
- Quanto à ocorrência:
 - Casual (causal) → depende de fato alheio à vontade das partes.
 - Potestativa → decorre da vontade das partes.

NEGÓCIOS JURÍDICOS

TERMO

Evento { futuro e certo (Ainda que o momento seja indeterminado)

- Marca o **início/fim** da eficácia do N.J.
- Determinado pelas partes.
- Aplicam-se, no que couber, as **disposições** relativas às **condições**.

TIPOS

- Termo **inicial**: dia a partir do qual se (Suspensivo) pode exercer o direito
 - Suspende o **exercício**, mas **não** a **aquisição** do direito. (Diferente da condição)
- Termo **final**: encerra a produção de efeitos (Extintivo)
- Termo **certo**:
 - Data certa já definida
 - O devedor é automaticamente considerado inadimplente.
- Termo **incerto**:
 - Não se sabe ao certo a data final
 - O credor deve interpelar o devedor.

ENCARGO

- = **Restrição** a uma liberalidade concedida:
- Estabelecendo finalidade ao objeto do N.J.
 - Impondo obrigação ao favorecido
 - Se não for cumprido, a liberalidade pode ser **revogada**.
 - Considera-se **não escrito** o encargo:
 - Ilícito ou } Salvo se for o motivo
 - Impossível } determinante da liberalidade (Invalidará o N.J.)

OBSERVAÇÃO

- Os N.J. entre vivos, **sem prazo**, são exequíveis **desde logo**, **salvo** se a execução:
 - Tiver de ser feita em lugar diverso
 - Depender de tempo

ASPECTOS GERAIS

- Categorias:
 - **Inexistência** dos N.J.
 - **Nulidade** dos N.J. (Absoluta)
 - **Anulabilidade** (Nulidade relativa)

INEXISTÊNCIA DOS N.J.

- Só há **aparência** de ato/negócio jurídico.
- **Não** possui **conteúdo** jurídico.

NULIDADE DOS N.J. (Absoluta)

- Devida ao **não** cumprimento de algum **requisito** essencial.
 - Causas de ordem pública
- Pode ser **alegada** por:
 - Qualquer interessado
 - MP, quando lhe couber intervir
- **Deve** ser **pronunciada** pelo **juiz**, não lhe sendo permitido **supri-la**.
(Ainda que a requerimento das partes)
- A nulidade **retroage** até o momento de formação do ato.
- **Não** pode ser **confirmado** pelas partes
(Se tiver os requisitos de outro, é possível sua conversão)
- Pode ser **total** ou **parcial**.
 - Não prejudica a parte válida, se separável.

Invalidez da
obrigação **principal**

implica →

Invalidez das
obrigações **acessórias**

NEGÓCIOS
negócios
JURÍDICOS
jurídicos
= INVALIDADES =

SIMULAÇÃO

- Vontade **interna** ≠ **declarada**
- Há **conluio** entre as partes
- **Ressalvam-se** os direitos de **terceiros de boa-fé**
- Tipos:
 - **Simulação**: cria aparentemente um N.J. que, de fato, **não existe** ou
 - **Dissimulação**: **oculta**, sob determinada aparência, o negócio realmente querido.
 - **Subsistirá** o que se dissimulou
 - se válido na { substância e forma
 - = Simulação parcial

HIPÓTESES IMPORTANTES

- Por **absolutamente** incapaz
- Ilícito, impossível ou indeterminado
- **Motivo ilícito**
- Preterir solenidade essencial
- Objetivo de fraudar a lei
- **Não** ter a **forma** prescrita em lei
- Simulação
- A **lei** taxativamente declará-lo
(Ex.: é nulo o contrato de compra e venda, quando se deixa a fixação do preço ao arbítrio de uma das partes)

ANULABILIDADE (Nulidade relativa)

- Concedida **a pedido** do **interessado**.
Pode conformar-se com o ato

HIPÓTESES

- Casos declarados em lei
- Incapacidade **relativa** do agente
- Vício resultante de:
 - Erro
 - Dolo
 - Coação
 - Estado de perigo
 - Lesão
 - Fraude contra credores
- Anulação **depende** de **sentença** e **não** pode ser **declarada de ofício**.
- Os **efeitos** da anulação **não** retroagem. (*Ex nunc*)
- Tem prazo **decadencial**.

OBSERVAÇÕES

- O menor, entre **16 e 18 anos**, **não** pode, para eximir-se de uma obrigação, invocar sua idade, se:
 - Dolosamente a ocultou ou
 - Declarou-se maior
- **Ninguém pode reclamar** o que pagou a um **incapaz**, por uma obrigação anulada, se **não provar** que reverteu em proveito dele a importância paga.

NEGÓCIOS JURÍDICOS = INVALIDADES=

CONFIRMAÇÃO

- O N.J. **anulável** pode ser **confirmado pelas partes** (Salvo direito de terceiros)

TIPOS

- **Expressa**: devem conter a substância do N.J. e a vontade expressa de mantê-lo. (Deve ter a mesma forma do ato)
- **Tácita**: quando o ato já foi cumprido em parte e o devedor já estava ciente do vício.

ASPECTOS GERAIS

- São casos de **anulabilidade** do N.J.
- **Tipos** de defeitos:
 - Erro
 - Estado de perigo
 - Fraude contra credores
 - Coação
 - Lesão
 - Dolo

ERRO

- A parte tem uma **noção inexata** sobre algo/alguém que influencia sua **vontade**.
- **Não** pode haver **dolo** pela outra parte ou terceiro.
- **Requisitos** para poder anular o N.J.:
 - Substancial ou essencial:
 - Interessa a { natureza do N.J.
objeto principal
qualidades essenciais
 - Concerne a identidade/qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração.
 - Motivo único/principal do N.J.
 - Escusável: que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal em face das circunstâncias do negócio.
- **Erro accidental** não é suficiente p/ anular o N.J.
- **Erro de cálculo** só autoriza a retificação da declaração.

NEGÓCIOS JURÍDICOS

= DEFEITOS =

DOLO

- Erro intencionalmente **provocado** na vítima.
- **Tipos**:
 - **Principal**/essencial → é a causa do N.J. (O N.J. será anulável)
 - **Accidental** → o N.J. seria realizado, mas de outro modo. (Só obriga satisfação de perdas e danos)
- **Dolo de terceiro**: para acarretar nulidade, a parte a quem aproveita deve **saber** ou ter o dever de saber do dolo. (Se não sabia, o terceiro responde por perdas e danos)
- **Dolo de representante**:
 - Legal → o representado responde até o limite do proveito que teve.
 - Convencional → o representado responde solidariamente por perdas e danos

ESTADO DE PERIGO

- A parte, agindo **por necessidade** para evitar **grave dano**, assume obrigação **excessivamente onerosa**.
→ Para salvar a:
 - Si mesmo
 - Sua família
 - Terceiro, conforme decisão do juiz.
- A outra parte **conhecia** do perigo.

LESÃO

- Uma parte, abusando da **inexperiência** ou **premente necessidade** da outra, obtém **vantagem**:
 - Requisito subjetivo
 - Requisito objetivo
 - Manifestamente desproporcional
 - Exageradamente exorbitante.
(= Risco patrimonial)

COAÇÃO

- Tipos:
 - **Física** → coação **absoluta**.
 - **Moral** → coação **relativa**.
→ = vício do consentimento
- Deve incutir fundado temor de **dano iminente** e **considerável** a:
 - Si mesmo
 - Seus bens
 - Sua família
 - Terceiro, conforme decisão do juiz.
- + Ser o **motivo determinante** do N.J.
- Coação de terceiro: p/ acarretar nulidade, a parte a quem aproveita deve saber ou ter o dever de saber
→ A parte responde solidariamente com o terceiro. Se não

NEGÓCIOS JURÍDICOS = DEFEITOS =

FRAUDE CONTRA CREDORES

- Atos, por parte do devedor, que **desfalcam** seu patrimônio para **colocá-lo a salvo** de uma execução por dívidas.
- Requisitos:
 - **Subjetivo** → conluio fraudulento
(= Má-fé também da outra parte)
 - **Objetivo** → insolvência do devedor

Não configura coação:

- A ameaça do **exercício normal** de um direito
Ex.: "vou protestar o título!"
- Simples **temor reverencial**
Ex.: "não quero desagradar meu chefe"

NEGÓCIOS JURÍDICOS

negócios jurídicos

= NOVIDADES =
LEI 13.874/19

INTERPRETAÇÃO DO N.J.

- Deve atribuir-lhe o sentido que:
 - For confirmado pelo **comportamento** das partes
 - Corresponder aos $\left\{ \begin{array}{l} \text{usos} \\ \text{costumes} \\ \text{práticas do mercado} \end{array} \right.$
- Corresponder à **boa-fé**
- For mais benéfico à parte que **não redigiu** o dispositivo
- Corresponder a qual seria a **razoável** negociação das partes (Se identificável)
- As partes podem estabelecer **parâmetros objetivos** para a **interpretação** das cláusulas negociais

As partes **podem** livremente **pactuar regras** de:

- Interpretação
- Preenchimento de lacunas
- Integração

LIBERDADE CONTRATUAL

- Será exercida nos limites da **função social** do contrato
- Nos N.J. privados **prevalece**:
 - O princípio da intervenção mínima $+$ Excepcionalidade da revisão contratual



OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Contratos **civis** e **empresariais** presumem-se paritários e simétricos.
Ressalvados:
 - **Elementos concretos** que justifiquem o afastamento.
 - Regimes jurídicos previstos em **leis especiais**.
- A **revisão contratual** será somente de forma **excepcional** e **limitada**.
- A **alocação de riscos** definida deve ser **respeitada** e **observada**.

PRESCRIÇÃO

X

DECADÊNCIA

Perde-se a pretensão à ação (Por via reflexa, não se consegue exercer o direito material)	Perde-se o próprio direito material (Direito potestativo)
Não corre contra aqueles dos arts. 197 e 198 do C.C. (Mapa seguinte)	Corre contra todos (Salvo contra os absolutamente incapazes)
Tem origem na lei .	Tem origem { na lei ou no negócio jurídico } (Convencional)
 É renunciável { expressa ou tacitamente } Só valerá se: • Sem prejuízo a terceiro • Depois que a prescrição se consumir Deve ser conhecida de ofício pelo juiz.	Quando fixada em lei : • É irrenunciável (É nula essa renúncia)  CAI MUITO! • Deve ser conhecida de ofício pelo juiz (A convencional não pode)
É passível de { impedimento suspensão interrupção }	Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam { impedimento suspensão interrupção }

ASPECTOS IMPORTANTES

- Os prazos prescricionais **não** podem ser **alterados** por **acordo** das partes.
- Pode ser **alegada** em qualquer grau de jurisdição pela **parte** a que **aproveita**.
- A prescrição iniciada contra uma pessoa **continua** a correr contra seu **sucessor**.

PRAZO

- Regra geral: **10 anos** (Art. 205, C.C.)
- A **lei** pode fixar prazo **menor**.
- Início** do prazo = Surgimento da pretensão (Quando o direito é violado)

Prazo ainda não se iniciou

Prazo já se iniciou

IMPEDIMENTO E SUSPENSÃO

- Não** corre a prescrição:
 - Entre:
 - Cônjuges → na constância da sociedade conjugal
 - Ascendentes e descendentes → durante o poder familiar
 - Tutelados/curatelados e tutores/curadores → durante a tutela/curatela
 - Contra os:
 - Absolutamente incapazes
 - Ausentes do país em serviço público
 - Que estiverem servindo as Forças Armadas em tempo de guerra

prescrição

- Pendendo:
 - Condição suspensiva
 - Ação de evicção
- Não estando vencido o prazo

A suspensão da prescrição contra um dos credores solidários só aproveita aos outros se a obrigação for indivisível.

INTERRUPÇÃO

- Só pode ocorrer **uma vez**.
- O prazo se **reinicia**.
(Anula-se o prazo já transcorrido)
- Por qualquer **interessado**.

HIPÓTESES

- Despacho do juiz (mesmo incompetente) que ordenar a citação.
- Protesto
- Protesto cambial
- Apresentação do título de crédito
- Qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor
- Qualquer ato inequívoco (ainda que extrajudicial) de reconhecimento do direito pelo devedor

- Em regra, os efeitos são **pessoais**.
(Não afetam os demais)

Exceções:

- Solidariedade

{	ativa
	passiva
- Em obrigações/direitos **indivisíveis**: a interrupção contra um dos herdeiros do devedor solidário prejudica os demais.
- Devedor** principal e **fiador**.

prescrição

= PRINCIPAIS PRAZOS =

DICAS!

- São listados nos arts. 205 e 206 do Código Civil. (Os demais prazos são decadenciais)
- São sempre em anos.

1 ANO

- Pagamento de **hospedagem e alimentos**.
- Segurado ↔ segurador.
- Tabeliães, auxiliares da justiça, árbitros e peritos.
(Emolumentos, custas e honorários)
- Pretensão contra os peritos pela **avaliação dos bens** que entraram para o **capital social** das S.A.s.
- Credores não pagos x Sócios acionistas liquidantes

2 ANOS

- Pretensão para haver **prestações alimentares**. (Da data em que vencerem)

3 ANOS

- Pretensão relativa a **aluguéis**.
- Receber **prestações vencidas** de rendas. (Temporárias/vitalícias)
- Haver **juros, dividendos** e outras prestações acessórias.
- Pretensão de ressarcimento de **enriquecimento sem causa** e **reparação civil**.
- Haver o pagamento de **títulos de crédito**.

4 ANOS

- Pretensão relativa à **tutela**.
(Da data da aprovação das contas)

5 ANOS

- Pretensão de **cobrança** de **dívidas líquidas**.
- Pretensão dos **profissionais liberais** em geral, **procuradores judiciais**, **curadores** e **professores** por seus **honorários**.
- Pretensão do **vencedor** para haver do vencido o que **despendeu** em **juízo**.

DECADÊNCIA

*deca*dência
= PRINCIPAIS PRAZOS =

180 DIAS

- Pleitear a **anulação** de negócio jurídico concluído pelo **representante** em **conflito** com o **representado**.
(Da conclusão do N.J. ou cessação da incapacidade)
- Requerimento de declaração de ausência + abertura provisória da sucessão:

1 ANO

- Se o ausente **não** deixou representante/procurador.

3 ANOS

- Se o ausente deixou representante/procurador.

DICAS!

- Estão **espalhados** pelo C.C.
(São inúmeros)
- Podem ser em **dias**, **meses**, **anos**...

2 ANOS

- Pleitear a **anulação** de negócio jurídico, quando a **lei** dispuser que é anulável, **sem** estabelecer **prazo**.
(Da data de conclusão do ato)

3 ANOS

- O direito de **anular** a **constituição** da **pessoa jurídica** por **defeito** no **ato** constitutivo.
(Da publicação de sua inscrição no registro)


4 ANOS

- Pleitear a **anulação** de negócio jurídico, **contado**, no caso de:
 - Coação → do dia em que ela cessar
 - Erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão → do dia em que se realizou o N.J.
 - Atos de incapazes → do dia em que cessar a incapacidade.

ASPECTOS GERAIS

- ## ATO ILÍCITO

- ## ABUSO DE DIREITO

- Quando o **titular do direito** excede manifestamente os limites impostos por:
 - Seu fim econômico/social
 - Boa-fé
 - Bons costumes
 - O **objeto** do ato jurídico é **lícito**, mas perde sua licitude na execução.
 - A **responsabilidade** é objetiva (independe de culpa)
-  Critério objetivo-finalístico

atos ilícitos

= EXCLUDENTES DE ILICITUDE =

LEGÍTIMA DEFESA

- = Com uso moderado de meios necessários, repelir injusta agressão { atual ou iminente a direito { seu ou de outrem
- Cabe indenização ao prejudicado:
 - Excessos na defesa
 - Legítima defesa putativa ("Imaginária")

EXERCÍCIO REGULAR DE UM DIREITO

- = Exercício de um direito reconhecido. (não fere o Direito)



ATENÇÃO!

Se houver abuso de direito, será ilícito.

ESTADO DE NECESSIDADE

- = Quando, a fim de remover perigo iminente, o indivíduo ofender direito alheio.
 - Deterioração/destruição de coisa alheia ou
 - Lesão a pessoa
- Somente quando:
 - As circunstâncias o tornarem absolutamente necessário.
 - Não exceder os limites do necessário para remoção do perigo
- Se a pessoa lesada ou o dono da coisa não forem culpados do perigo, terão direito à indenização do prejuízo.
 - Se for culpa de terceiro, o autor do dano terá contra ele direito de regresso.

A que não deu causa

RESPONSABILIDADE CIVIL

= ELEMENTOS =

CULPA

- Fato lesivo **voluntário** ou
- Conduta humana
 - Ação ou omissão voluntária
 - negligência ou
 - imperícia

Em regra, a **indenização** mede-se pela **extensão do dano**, mas a culpa pode ser analisada:

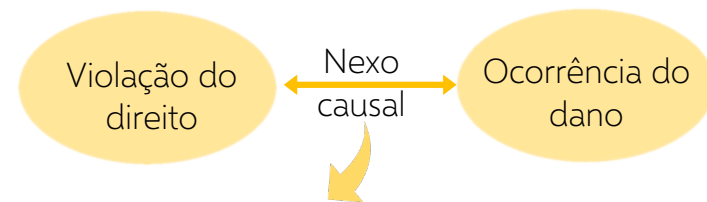
- Se houver **excessiva desproporção** entre a gravidade da culpa e o dano, o **juiz** pode **reduzir equitativamente** a indenização
- Se a **vítima concorrer** culposamente para o dano → a indenização será fixada **confrontando** a culpa da vítima com a do autor do dano.

- A responsabilidade **independe de culpa**:
 - Nos casos previstos em lei
 - Quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor implicar, por sua natureza, risco para o direito de outrem.

DANO

- Não** há responsabilidade civil **sem** ocorrência de dano.
- O dano pode ser:
 - Patrimonial
 - Moral (Extrapatrimonial)

NEXO DE CAUSALIDADE



Fica **afastado** em casos de:

- Culpa exclusiva da vítima
- Excludentes de ilicitude
(Legítima defesa, estado de necessidade, exercício regular de direito)
- Caso fortuito e força maior

RESPONSABILIDADE CIVIL

= CLASSIFICAÇÕES =

QUANTO A SEU FUNDAMENTO

RESPONSABILIDADE SUBJETIVA

- Pressupõe a culpa (Em sentido amplo) como elemento necessário (Fundamento)
- É a Teoria Clássica.

RESPONSABILIDADE OBJETIVA

- Fundamenta-se no risco, no dano.
- Independe de culpa!
(Basta dano + nexo causal)

QUANTO A SEU FATO GERADOR

RESPONSABILIDADE CONTRATUAL

- Oriunda de inexecução de um **negócio jurídico** { unilateral
bilateral
- Relacionada, principalmente ao **inadimplemento** de uma obrigação.

RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL

- = Aquiliana
- Oriunda da inobservância de **lei**.
 ↳ Sem que haja, entre as partes, qualquer relação jurídica.
- Relacionada à lesão a um direito.

responsabilidade civil

= COMPLEXA OU INDIRETA =



POR FATO DE TERCEIRO

RESPONSÁVEL	AUTOR DO DANO
Pais *	Filhos menores sob sua autoridade e em sua companhia
Tutor e curador	Pupilos e curatelados sob sua autoridade e em sua companhia
Empregador ou comitente	Empregados, serviçais e prepostos (No exercício do trabalho, ou em razão dele)
Donos de hotéis, hospedarias, etc., onde se albergue por dinheiro (Mesmo que para fins de educação)	Hóspedes, moradores e educandos
Quem gratuitamente participar do produto do crime	Autor do crime


- Incapaz responde pelos prejuízos que causar se seus responsáveis:
 - Não tiverem obrigação de fazê-lo, ou
 - Não dispuserem de meios suficientes
- Tal indenização:
 - Será equitativa
 - Não terá lugar se privar do necessário o incapaz ou quem dele dependa.

* O menor responderá solidariamente se (e somente se) for emancipado.



RESPONSABILIDADE CIVIL

= COMPLEXA OU INDIRETA =

POR FATO DE ANIMAL

- O { dono ou detentor do animal ressarcirá o dano por este causado
Se não provar: 
 - Culpa da vítima ou
 - Força maior

POR FATO DE COISA

1. Empresários individuais + empresas respondem por danos causados pelos produtos postos em circulação. 
Independentemente de culpa (Responsabilidade objetiva)
- Outros casos → lei especial
2. O dono de edifício/construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína. 
Se provier de falta de reparos, cuja necessidade fosse manifesta.
3. Aquele que habitar um prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em local indevido.

OBRIGAÇÕES

= CLASSIFICAÇÕES =

ASPECTOS GERAIS



Objeto = prestação

Pode ser: • De dar • De fazer • De não fazer

OBRIGAÇÕES DE FAZER

- Atos positivos ou prestação de serviços.
- Tipos:
 - Personalíssima
 - Seu adimplemento pode acarretar na obrigação de indenizar perdas e danos
 - Impessoal (fungível)
 - Havendo mora ou recusa, o credor pode mandar terceiro executar à custa do devedor (sem prejuízo de indenização)
 - Declaração de vontade

OBRIGAÇÕES DE NÃO FAZER

- = Abster-se.
 - Prática do ato = inadimplemento
O credor pode exigir o seu desfazimento, ou desfazer à suas custas → o culpado deve ressarcir perdas e danos
- **Extingue-se** se, sem culpa do devedor, tornar-se **impossível** abster-se do ato.

OBRIGAÇÕES DE DAR

- = Entregar ou restituir algo ao credor.
- Tipos:

DAR COISA CERTA

- Coisa determinada.
- **Abrange** os acessórios, (Ainda que não mencionados) **salvo** se o contrário resultar { do título ou das circunstâncias

DAR COISA INCERTA

- Coisa indeterminada, mas determinável.
 - Deve indicar, ao menos: **gênero** e **quantidade**
- Em regra, quem faz a **escolha** é o devedor (Concentração)
- **Antes da escolha:** não pode o devedor declarar perda/deterioração.
- Riscos até a tradição { da coisa → devedor
do preço → comprador

OBRIGAÇÕES

= CLASSIFICAÇÕES =



OBRIGAÇÕES DE DAR

		SEM CULPA DO DEVEDOR	COM CULPA DO DEVEDOR
OBRIGAÇÃO DE DAR	PERECIMENTO (Antes da tradição)	Resolve a obrigação sem perdas e danos	Devedor responde pelo equivalente + perdas e danos
	DETERIORAÇÃO (Antes da tradição)	Resolve a obrigação ou Credor aceita com abatimento de preço	Devedor responde pelo equivalente ou Credor aceita + perdas e danos
OBRIGAÇÃO DE RESTITUIR	PERECIMENTO (Antes da tradição)	Resolve a obrigação (o credor sofre a perda) Salvo se em mora	Devedor responde pelo equivalente + perdas e danos
	DETERIORAÇÃO (Antes da tradição)	Credor recebe a coisa tal qual se encontre	Devedor responde pelo equivalente + perdas e danos

OBRIGAÇÕES

= CLASSIFICAÇÕES =



OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS

- Presumem-se **divididas** em tantas obrigações quanto necessário para cada credor ou devedor existente.

↪ A obrigação é rateada entre as partes

OBRIGAÇÕES INDIVISÍVEIS

- = Quando a prestação tem por objeto coisa ou fato **não** suscetíveis de divisão:

- Por sua natureza
- Por motivo de ordem econômica
- Dada a razão determinante do negócio jurídico

- Ex.:** obrigação de entregar um carro.
- Perde** a qualidade de indivisível a obrigação que se resolve em **perdas e danos**.

↪ Culpa de:

- Todos os devedores: todos respondem em partes iguais.
- Só um devedor: ele responde por perdas e danos e os demais ficam

OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS

- = Quando há:

- Mais de um credor = solidariedade ativa
- Mais de um devedor = solidariedade passiva

Com direito/obrigado à dívida toda
(Como se existisse um único credor/devedor)

- Não há fracionamento.
- Não se presume:** decorre de { lei ou vontade das partes



SOLIDARIEDADE ATIVA:

- Subsiste a solidariedade ainda que se resolva em perdas e danos.
- O credor que tiver remitido a dívida ou recebido o pagamento, responderá aos outros pela parte que lhes caiba.

SOLIDARIEDADE PASSIVA:

- O credor pode renunciar à solidariedade em favor de um, alguns ou todos os devedores.

PLURALIDADE DE DEVEDORES

- Cada devedor é obrigado pela **dívida toda**.
- ↪ O devedor que paga a dívida **sub-roga-se** no direito do credor em relação aos outros coobrigados.

PLURALIDADE DE CREDORES

- Cada credor pode exigir a **dívida toda**.
- O devedor se desobriga pagando:
 - A **todos** conjuntamente
 - A **um**, dando este caução de ratificação dos demais credores
- ↪ Os demais podem exigir sua parte em dinheiro.

OBRIGAÇÕES



CESSÃO DE CRÉDITO

- Em regra, o credor pode transferir seu crédito **sem anuência** do devedor.
Restrições a esse direito:
 - Lei
 - Natureza da obrigação
 - Convenção entre as partes
- Salvo disposição em contrário, abrange-se todos os acessórios.
- Se **pro soluto** : o cedente **não** responde pela solvência do devedor (Mas responde pela existência do crédito)
- Se **pro solvendo** : o cedente responde pela solvência do devedor.
- Só tem eficácia em relação ao devedor quando a este for **notificada**.
- Ocorrendo várias cessões → **prevalece** a que se completar com a **tradição do título** de crédito cedido.
- Crédito se transfere com suas características
 (O devedor pode opor ao cessionário as exceções que lhe competirem)



= Cessão de débito.

ASSUNÇÃO DE DÍVIDA

- **Não** ocorre sem a anuência do credor.
- Substitui-se o devedor **sem** alteração na substância do vínculo obrigacional.
 (Salvo se o novo devedor for insolvente e o credor não sabia.)
- O devedor primitivo pode:
 - ser liberado ou
 - manter-se ligado à obrigação
 Escolha do credor
- Salvo assentimento expresso do devedor primitivo, consideram-se **extintas** suas **garantias especiais**.
- **Modos** de assunção de dívida:

EXPROMISSÃO

Acordo entre o **terceiro** e o **credor**.

DELEGAÇÃO

Acordo entre o **terceiro** e o **devedor**.

- Primitiva: o terceiro assume toda a dívida.
- Simples/Cumulativa: o terceiro une-se ao devedor na obrigação.

QUEM PODE PAGAR

- Devedor
- Qualquer interessado:
 - Se o credor se opuser, pode usar os meios conducentes à exoneração do devedor.
 - O terceiro não interessado também, se o fizer à conta ou em nome do devedor
- Terceiro não interessado:
 - Se pagar em seu próprio nome, tem direito ao reembolso, mas não se sub-roga nos direitos do credor.

O pagamento por terceiro com desconhecimento ou oposição do devedor → não obriga o reembolso se o devedor tinha meios de ilidir a ação.

A QUEM PAGAR

- Ao credor ou
- A quem de direito o represente
- Sob pena de só valer:
 - Depois de por ele ratificado ou
 - Tanto quanto reverter em seu proveito
- O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido.

(Ainda que provado depois que não era credor)

TEMPO DO PAGAMENTO

- Não se ajustando → credor pode exigí-lo imediatamente época para pagamento
- Se houver um prazo → Credor só pode exigir o pagamento com o advento do termo

Presume-se o prazo estipulado em benefício do devedor
- Se o credor o exigir antes, é obrigado a:

(Fora dos casos permitidos em lei – art. 333, CC)

 - Esperar o tempo que faltava
 - Descontar os juros correspondentes
 - Pagar as custas em dobro

OBRIGAÇÕES
= PAGAMENTO =

LUGAR DO PAGAMENTO

- Em regra, no domicílio do devedor.

Salvo disposição diversa:

 - De lei
 - Da natureza da obrigação
 - Das circunstâncias
 - Das partes
- Se designados 2 ou mais lugares:

A escolha é do credor.

Quérable → no domicílio do devedor
(É a regra geral)

Portable → no domicílio do credor

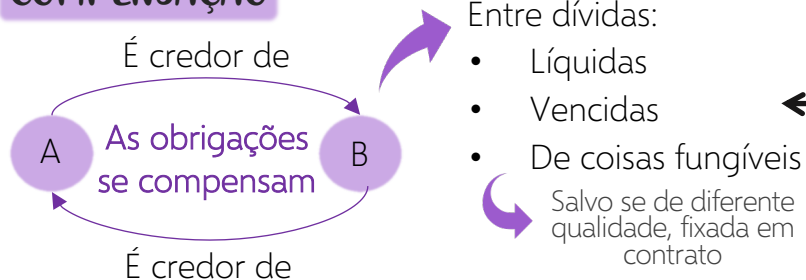
PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO

- Referente à obrigação de dar.
- Mediante o depósito da coisa.
- Tipos:
 - Judicial
 - Extrajudicial (Só para obrigações de pagar em dinheiro)

PAGAMENTO COM SUB-ROGAÇÃO

- Transfere a um novo credor:
 - Direitos
 - Ações
 - Privilégios
 - Garantiasda dívida, contra o devedor principal e os fiadores

COMPENSAÇÃO



OBRIGAÇÕES

= ADIMPLEMENTO =

DAÇÃO EM PAGAMENTO

- Acordo entre credor e devedor para extinguir a obrigação.
- O credor consente em receber coisa diversa.

NOVAÇÃO

- Cria-se uma nova obrigação em substituição à anterior.

IMPUTAÇÃO AO PAGAMENTO

- = A escolha, pelo devedor, de qual débito está sendo pago, quando:
 - Da mesma natureza
 - Ao mesmo credor
 - Todos forem líquidos vencidos

CONFUSÃO

- Concentração da qualidade de credor e devedor em uma única pessoa. (Confundem-se)

OBRIGAÇÕES



INADIMPLEMENTO

- = Não cumprimento da obrigação.
 - Inadimplência **absoluta** → não pode mais ser cumprida de forma **útil** ao credor.
 - Inadimplência **relativa** → cumprimento imperfeito (Ex.: mora)
- Se por **culpa do devedor**, ele responde por:
 - Perdas e danos
 - Juros e atualização monetária
 - Honorários advocatícios
- Pelo **inadimplemento** das obrigações, respondem **todos os bens** do devedor.
- Se por $\left\{ \begin{array}{l} \text{caso fortuito ou} \\ \text{força maior,} \end{array} \right.$ o devedor **não responde** pelo prejuízo.
(Se não tiver expressamente se responsabilizado)

MORA

- = Retardamento/demora no cumprimento da obrigação.
 - Mora ***solvendi*** → pelo devedor
 - Mora ***accipiendi*** → pelo credor
- Se por **culpa do devedor**, ele responde por:
 - Perdas e danos
 - Juros e atualização monetária
 - Honorários advocatícios
- Se a prestação em mora tornar-se **inútil** ao credor, ele pode exigi-la em **perdas e danos**.
- **Constituição em mora** do devedor:
 - Se houver **termo**: pelo mero advento do termo.
 - Se **não** houver termo: por interpretação judicial ou extrajudicial.
- **Purga-se** a mora: (Salda-se)
(Pode ser feito a qualquer tempo)
 - Do devedor: prestação + prejuízos do dia da oferta
 - Do credor: receber o pagamento + sujeição aos efeitos da mora

PERDAS E DANOS

- = A indenização pecuniária ao credor:
O que ele efetivamente perdeu (Dano emergente)
- + O que razoavelmente deixou de ganhar (Lucros cessantes)
- Nas **obrigações pecuniárias**, se os juros de mora não cobrirem os prejuízos, e não havendo a pena convencional, o juiz pode conceder indenização suplementar.

OBRIGAÇÕES = INADIMPLEMENTO =

CLÁUSULA PENAL

- = Obrigação acessória para evitar o descumprimento/mora do principal.
- Estabelece **pena** ou **multa**.
- O devedor incorre nela de pleno direito se **culposamente**:
 - Deixar de cumprir a obrigação
 - Se constituir em mora
- Não é necessário que o credor alegue prejuízo!



ATENÇÃO!

O valor da cominação da **cláusula penal** não pode ser superior ao da **obrigação**.

ARRAS

- = Sinal (Visa a assegurar o cumprimento da obrigação)
- Em caso de **execução** do contrato:
 - restituídas ou
 - computadas na prestação
- Em caso de **não execução** do contrato:
 - Por quem **deu** as arras:
A outra parte pode tê-lo por desfeito
 - + Retém as arras
 - Por quem **recebeu** as arras:
A outra parte pode tê-lo por desfeito
 - + Exige a devolução das arras
 - + Equivalente (Com atualização monetária)
 - + Juros
 - + Honorários advocatícios

JUROS

- = Rendimento do capital.
- **Tipos:**
 - Convencionais (Pelas partes)
 - Legais (Por lei)
 - Moratórios (Devido ao atraso)
 - Compensatórios (Retribuição ao capital aplicado)
- Juros de mora são devidos **independentemente** de prova ou alegação de **prejuízos** (Basta a própria mora)

contratos

= CLASSIFICAÇÕES =

Contratos:

- **Típicos** (Ou nominados, são regulamentados pelo ordenamento jurídico)
- **Atípicos** (Seu perfil não se encaixa nas espécies contratuais presentes)

Contratos:

- **Mistos** (Coexistem obrigações pertinentes a tipos diferentes de contratos, ligados pelo caráter econômico que asseguram)
- **Coligados** (Coexistem obrigações simplesmente justapostas, sem a ligação de caráter econômico entre elas.)

Contratos:

- **Unilaterais** (Acarreta obrigações para apenas um dos contratantes)
- **Bilaterais** (Com obrigações recíprocas - de ambas as partes -)

Contratos:

- **Gratuitos**
 - Não há contraprestações (Uma parte aumenta seu patrimônio e o da outra diminui)
- **Onerosos**
 - Mútua transmissão (Visa, reciprocamente, a obter vantagens)
 - Tipos:
 - **Comutativos**
 - Têm prestações { equivalentes
certas
determinadas
 - **Aleatórios**
 - A prestação de uma das partes depende de acontecimentos **incertos** e **inesperados**.

Contratos:

- **Individuais** (Cada uma das partes intervém para convencionar diretamente)
- **Coletivos** (Estabelecidos por um representante)

Contratos:

- **Impessoais** (O devedor é "fungível", não importa quem cumpra)
- **Pessoais** (É uma obrigação personalíssima)

Contratos:

- **Consensuais** (Requerem, para seu aperfeiçoamento, apenas a conjugação das vontades)
- **Formais** (Exigem o cumprimento de certas formalidades legais)
- **Reais** (Exigem a efetiva tradição do objeto do contrato para sua formação)

Contratos:

- **Principais** (Têm existência autônoma)
- **Acessórios** (Têm existência condicionada à do principal)

Contratos de:

- **Execução Imediata** (Adimplida em uma única prestação)
- **Execução Diferida** (A prestação se dará em termo futuro)
- **Trato Sucessivo** (Se renova periodicamente com o adimplemento das obrigações)

CONTRATOS

= VÍCIOS REDIBITÓRIOS =

ASPECTOS GERAIS

- = **Defeitos ocultos** em coisa recebida em virtude de **contrato comutativo** que: (Ou doações onerosas)
 - A tornam imprópria ao uso a que se destina ou
 - Lhe diminuem o valor
- O adquirente pode:
 - Rejeitar a coisa ou
 - Reclamar abatimento do preço

CONHECIMENTO PRÉVIO

Alienante **já conhecia** → Restituirá o que recebeu o vício/defeito da coisa + perdas e danos

Alienante **não conhecia** → Restituirá o que recebeu o vício/defeito da coisa + despesas do contrato

- A responsabilidade do alienante **subsiste** ainda que a coisa **pereça** (por vício oculto prévio) em poder do

PRAZOS DECADENCIAIS

COISA	PRAZO	INÍCIO DA CONTAGEM
Móvel	30 dias (15 dias, se já estava na posse)	Entrega efetiva ou da alienação (Se já estava na posse)
Imóvel	1 ano (6 meses, se já estava na posse)	

- Se o vício, por sua natureza, só puder ser **conhecido mais tarde** → o prazo será contado do momento em que dele tiver **ciência**.



Prazos máximos:

- Móveis → 180 dias
- Imóveis → 1 ano
- **Venda de animais** → prazos estabelecidos em:
 - Lei especial ou, se não houver,
 - Usos locais

Os prazos **não correrão** na constância de cláusula de **garantia**.

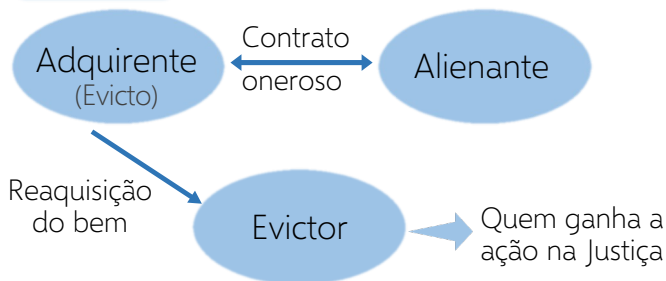


Mas o adquirente deve denunciar o defeito ao alienante em até 30 dias da sua descoberta, sob pena de decadência.

ASPECTOS GERAIS

- = **Perda da coisa** em virtude de sentença judicial que atribui a outrem por **causa** jurídica **preexistente** ao contrato.
(= Vício de direito)
 - Nos contratos **onerosos**:
 - O **alienante** responde pela evicção.
Subsiste essa garantia mesmo na aquisição em **hasta pública**
 - É uma **garantia** em favor do **adquirente** contra o **alienante**.
 - Pode ser:
 - Total
 - Parcial
- Se considerável, o evicto pode optar pela rescisão do contrato ou restituição da parte do preço.

PARTES



- As partes podem, por cláusula **expressa**:
 - Reforçar
 - Diminuir
 - Excluir
- Responsabilidade pela evicção
- CAI MUITO!

CONTRATOS = EVICÇÃO =

DIREITOS DO EVICTO (Salvo estipulação em contrário)

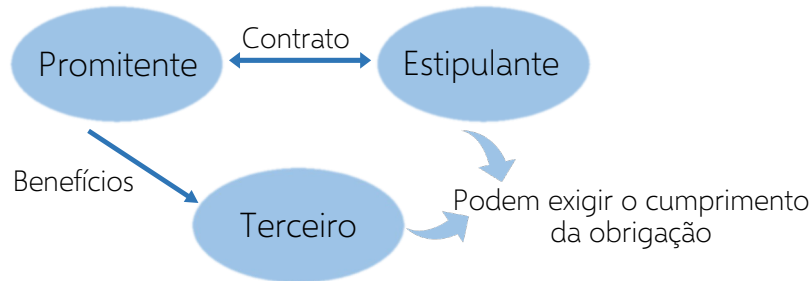
- **Restituição** integral do preço/do que pagou
- **Indenização**:
 - Dos frutos que restituir
 - Pelas despesas dos contratos
 - Pelos prejuízos diretos
- **Custas** judiciais + honorários do advogado

* Preço = Valor da coisa à época em que se envenceu e proporcional ao desfalque (Evicção parcial)

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- O adquirente **não** pode demandar pela evicção, se sabia que a coisa era {alheia ou litigiosa}
- **Subsiste** para o alienante a obrigação ainda que a coisa alienada esteja **deteriorada**.
(Exceto havendo dolo do adquirente)
- **Benfeitorias** necessárias/úteis (Não abonadas ao evicto) serão pagas pelo **alienante**.
Se tiverem sido pagas pelo alienante, o valor será levado em conta na restituição.

ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIROS



- O estipulante **pode substituir o terceiro** independentemente da anuência do terceiro e do outro contratante.
(Por ato entre vivos ou disposição de última vontade)
- Se o terceiro for autorizado a reclamar a execução do contrato, o estipulante **não** poderá exonerar o promitente.

CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR

- No momento da conclusão do contrato, uma das partes **pode indicar** a pessoa que deve

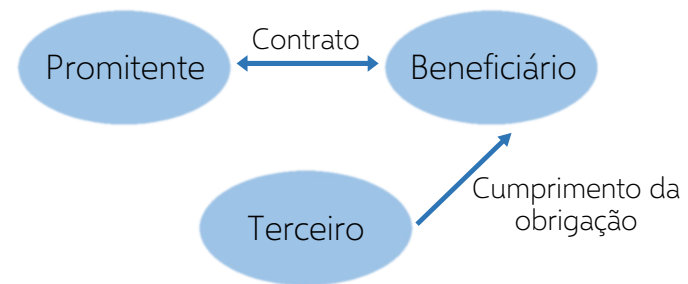
{	adquirir os direitos	(Ex tunc)
	assumir as obrigações	

(A indicação deve ser comunicada à outra parte em até 5 dias)
- A **aceitação** da pessoa deve ser feita na **mesma forma** do contrato (Caso contrário, será ineficaz)

Sendo a **nomeação sem efeito** ou recaindo sobre **incapaz/insolvente**, o contrato produzirá efeitos apenas entre os contratantes **originários**.

contratos

PROMESSA DE FATO DE TERCEIRO



- O **promitente** responderá por perdas e danos, em caso de **inadimplemento** do terceiro. (Salvo se o terceiro for cônjuge do promitente)
- Se o **terceiro aceitar** a obrigação, ele deixa de ser estranho à relação jurídica.
→ O promitente se libertará da responsabilidade.

DISTRATO

- = **Acordo** entre as partes para dissolver o contrato anterior.
- Deve ter a **mesma forma** do contrato anterior.

CLÁUSULA RESOLUTIVA

- = Rescinde o contrato por **inadimplemento** de uma das partes.

Expressa	Opera de pleno direito (automaticamente)
Tácita	Depende da interpelação judicial

- A parte **lesada** pode:
 - Pedir resolução do contrato
 - + perdas e danos
 - Exigir seu cumprimento
 - + perdas e danos

ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL

- = **Não** se deve considerar resolvida a obrigação quando a atividade do devedor **aproximar-se consideravelmente** do seu resultado final (Embora não atingindo plenamente o fim)
- Não** está previsto de forma expressa no **Código Civil**.

CONTRATOS = EXTINÇÃO =

EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO

- = Nos contratos **bilaterais**, nenhum dos contratantes pode exigir o implemento da obrigação do outro **antes** de cumprida sua própria.
- Tem sido bastante usada em contratos de **seguros**.

RESOLUÇÃO POR ONEROSIDADE EXCESSIVA

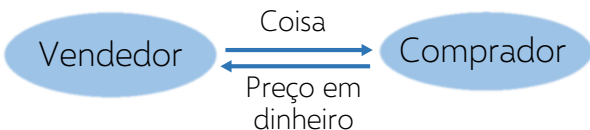
- = Se a prestação de uma das partes de tornar **excessivamente onerosa**, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos
 - Extraordinários e
 - Imprevisíveis,poderá o devedor pedir a **resolução do contrato**.
- Os efeitos da sentença **retroagirão** à data da citação.
- Nos contratos de execução {diferida ou continuada

contratos

= COMPRA E VENDA =



ASPECTOS GERAIS



- Quando **pura**, será obrigatória e perfeita desde que as partes acordarem no **objeto** e **preço**.
- O **objeto** deve ter existência **real** ou **potencial**.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- É **nulo** o contrato de compra e venda quando se deixa a fixação do **preço** ao **arbítrio exclusivo** de uma das partes.

DESPESA	RESPONSÁVEL
De escritura e registro	Comprador
De tradição	Vendedor

- Até o momento da **tradição**:

RISCOS	RESPONSÁVEL
Da coisa	Vendedor
Do preço	Comprador

CLÁUSULAS ESPECIAIS (Estarão presentes caso as partes consintam)

RETROVENDA

- Vendedor de **coisa imóvel** pode reservar o direito de **recobrá-la**:
 - Restituindo o preço recebido
 - + Reembolsando as despesas do comprador
 - No prazo máximo de **3 anos**

VENDA A CONTENTO

- Realizada sob **condição suspensiva**.
Reputa-se perfeita quando o adquirente manifestar seu agrado. (Personalíssimo)

PREEMPÇÃO (Ou preferência)

- Impõe ao comprador a **obrigação de oferecer ao vendedor** a coisa que aquele vai vender ou dar em pagamento.
 - Prazo para exercer o direito { Móveis: ≤ 180 dias
Imóveis: ≤ 2 anos
- Se desrespeitado, o comprador responde por **perdas e danos**. (Também o adquirente, se agiu de má-fé)

VENDA COM RESERVA DE DOMÍNIO

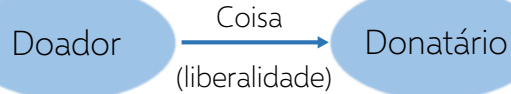
- Na venda de coisa **móvel**.
- O vendedor pode **reservar** para si a **propriedade**, até que o preço esteja **integralmente pago**.
- Será estipulada **por escrito**.
- Depende de registro para **valer contra terceiros**.

VENDA SOBRE DOCUMENTOS

- A tradição da coisa é substituída pela entrega de seu **título** representativo + outros **documentos** exigidos.

Pagamento → data e lugar da entrega dos documentos

ASPECTOS GERAIS



- Para que a doação ocorra, é necessário que o donatário a **aceite**. (De forma expressa ou tácita.)
- A doação feita ao nascituro valerá se aceita por seu representante legal.
- Donatário incapaz: dispensa-se a aceitação se doação pura.
- É um negócio jurídico **bilateral**
(Duas partes manifestam sua vontade)
- Mas é um contrato **benéfico** e **unilateral**
(Impõe responsabilidades a apenas uma parte)

FORMA

- Por { escritura pública ou
instrumento particular
- Doação **verbal** será válida se:
 - Sobre bens **móveis** de **pequeno** valor
 - Seguida *incontinenti* da tradição

ESPÉCIES DE DOAÇÕES

- Doação pura e simples
- Condicional (Art. 546)
- A termo
- Com encargo, modal ou onerosa
- Remuneratória e por merecimento (Art. 540)
- Com cláusula de reversão (Art. 547)

CONTRATOS
contratos
= DOAÇÃO =

REVOGAÇÃO DA DOAÇÃO

- Hipóteses:
 - Por **ingratidão** do donatário, se este:
 - Atentou contra a vida do doador ou praticou homicídio doloso
 - Cometeu ofensa física
 - O injuriou gravemente
 - Recusou alimentos ao doador
 - Por **inexecução** do encargo
- O direito de revogação **não**:
 - Se transmite aos herdeiros do doador
 - Prejudica os do donatário.

* **Não** se **revogam** por ingratidão as doações:

- Puramente remuneratórias
- Oneradas com encargos já cumpridos
- Que se fizerem em cumprimento de obrigação natural
- Feitas para determinado casamento

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

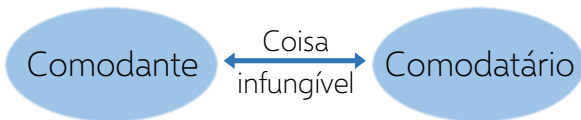
- Doações de **ascendentes** a **descendentes**:
= Adiantamento da herança.
- Doações em formas de **subvenções periódicas** extinguem-se com a morte do doador ou outro termo.
(Não pode ultrapassar a vida do donatário)

ASPECTOS GERAIS

- Alguém entrega, de forma **gratuita**, uma coisa a outra pessoa, que tem obrigação de **devolver**:
 - A mesma coisa ou
 - Outra de mesma **espécie** ou **quantidade**
- Formas:
 - Comodato (Empréstimo de uso)
 - Mútuo (Empréstimo de consumo)

COMODATO

- Sobre coisas:
 - Infungíveis
 - Móveis ou imóveis
- Perfaz-se com a **tradição** do objeto.



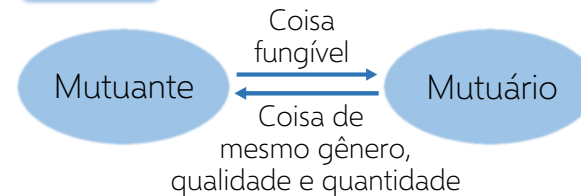
- Prazo:
 - Convencional ou
 - O necessário para o uso concedido
- O comodatário **não** poderá recobrar do comodante as **despesas** feitas com uso e gozo da coisa.

CONTRATOS

contratos

= EMPRÉSTIMO =

MÚTUO

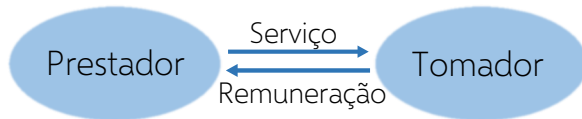


- Sobre coisas **fungíveis**.
 - Pressupõe transferência de domínio
- Prazo:
 - Até a próxima colheita (**Produtos agrícolas**)
 - ≥ 30 dias (**Dinheiro**)
 - Tempo declarado pelo mutuante (**Outras coisas fungíveis**)
- O mutuante pode **exigir garantia** da restituição, se o mutuário sofrer notória mudança em sua situação econômica.
- Se destinado a **fins econômicos**, presumem-se devidos **juros**.

CONTRATOS

EMPREITADA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS



- Características:
 - Bilateralidade (Traz obrigações a ambos os contratantes)
 - Onerosidade (Mediante pagamento)
 - Consensualidade (Mediante acordo entre as partes)
- Se qualquer das partes **não** souber ler/escrever: o contrato pode ser assinado a rogo + 2 testemunhas.
- Retribuição:
 - Estipulada em contrato ou
 - Arbitrada segundo:
 - Costume do lugar
 - Tempo do serviço
 - Qualidade
 - Pagamento → depois de prestado o serviço
 Se por convenção/costume não tiver de ser adiantada ou paga em prestações

- Objeto = obra (Não o trabalho)
- É um contrato **de resultado**
- Pagamento = em função da obra
- **Não** há subordinação do empreiteiro ao contratante → pode realizar a obra como achar melhor
- Empreiteiro pode contribuir com:
 - Seu trabalho
 - Trabalho + materiais (Não se presume)
- Características:
 - Bilateralidade (Traz obrigações a ambos os contratantes)
 - Onerosidade (Mediante pagamento)
 - Consensualidade (Mediante acordo entre as partes)
 - Comutatividade
- Se o empreiteiro **suspender** a execução da empreitada **sem justa causa**, responderá por **perdas e danos**.
- **Desobriga-se** o empreiteiro com a verificação da obra.
- O dono é **obrigado a receber** a obra se concluída de acordo com o **ajuste** ou o **costume** do lugar
 (Mas pode rejeitá-la se o empreiteiro se afastou das instruções/planos/regras)
- **Não** se extingue o contrato pela **morte** de qualquer das partes (Salvo se ajustado como personalíssimo)

ASPECTOS GERAIS

Mandante $\xrightarrow{\text{Poderes}}$ Mandatário

- = Contrato que **outorga poderes** para que outra pessoa aja em seu lugar, em seu nome.
- Os poderes conferem-se por **lei** ou pelo **interessado**.
- Pode ser { expresso ou tácito
verbal ou escrito

CARACTERÍSTICAS

- Típico
- Nominado
- Personalíssimo
- Consensual

INSTRUMENTO

- = **Procuração**.
- Pode ser por instrumento **particular**, por qualquer pessoa capaz.
- Instrumento particular **deve conter**:
 - Lugar
 - Qualificação das partes
 - Data e objetivo da outorga
 - Designação/extensão dos poderes
- A outorga está sujeita à **forma** exigida

Desde que tenha a assinatura do outorgante

contratos
= MANDATO =

OBRIGAÇÕES DO MANDATÁRIO

- Aplicar sua **diligência** habitual.
- Indenizar** qualquer prejuízo causado por culpa sua ou daquele a quem substabelecer poderes que deveria exercer pessoalmente.
- Prestar contas** ao mandante.
- Concluir o negócio** já começado, se prejuízo na demora.

Mesmo ciente de morte, interdição ou mudança de estado do mandante

OBRIGAÇÕES DO MANDANTE

- Satisfazer todas as **obrigações** contraídas pelo mandatário
 - + Adiantar a importância das despesas necessárias à sua execução.
- Pagar a **remuneração** ajustada, ainda que não surta o efeito esperado. (Salvo culpa do mandatário)
- Ressarcir** ao mandatário as perdas que este sofrer com a execução do mandato. (Salvo culpa/excesso de poder do mandatário)

EXTINÇÃO DO MANDATO

- Cessa o mandato pelo(a): ^(Lista exemplificativa)
 - Revogação/renúncia
 - Morte/interdição de uma das partes
 - Mudança de estado que inabilite o mandante a conferir poderes ou o mandatário a exercer poderes.
 - Término do prazo ou conclusão do N.J.



ATENÇÃO!

Mesmo se outorgado por instrumento **público**, pode ser o mandato **substabelecido** por instrumento **particular**.

ASPECTOS GERAIS

Segurador

Segurado



(Entidade legalmente autorizada)

- **Objeto** = garantia do interesse legítimo do segurado sobre uma **pessoa/coisa** perante o segurador, mediante o pagamento de prêmio.
- É **nulo** o contrato proveniente de ato **doloso** do segurado, beneficiário ou representante.
- **Não** terá direito à indenização o **segurado** que estiver em **mora** no pagamento do prêmio. (Se ocorrer o sinistro antes de sua purgação)

CARACTERÍSTICAS

- Bilateral
- Oneroso
- Aleatório
- Consensual
- De adesão
- De adesão continuada
- Subordinado à boa-fé

DOCUMENTOS

- O contrato de seguro **prova-se** com a exibição de:
 - Apólice ou bilhete de seguro ou (Nominativo, à ordem ou ao portador)
 - Documento comprobatório do pagamento do seguro.
- A emissão da apólice deverá ser precedida de **proposta escrita** com declaração dos elementos

contratos
= SEGURO =

SEGURO DE DANO

- A **garantia** não pode ultrapassar o valor do interesse segurado na conclusão do contrato.
- A **indenização** não pode ultrapassar:
 - Valor do interesse segurado no momento do sinistro
 - Limite máximo da garantia da apólice.
- **Não** se inclui na garantia o sinistro provocado por **vício intrínseco** da coisa **não declarado** pelo segurado.

SEGURO DE PESSOA

- **Objeto** = pessoa.
 - Proteção contra riscos de:
 - Morte
 - Incapacidades
 - Acidentes
 - Comprometimento de saúde
- O proponente **pode** contratar **mais de um** seguro sobre o mesmo interesse. (Com o mesmo ou diversos seguradores)
- É **nula** qualquer transação para pagamento **reduzido** do capital segurado.
- A apólice/bilhete **não** podem ser ao portador
- No seguro de vida:
 - O prêmio será convencionado por **prazo limitado** ou por toda a vida.
 - É **lícito** estipular-se prazo de **carência**.

ASPECTOS GERAIS

- = O **fiador garante** satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor (afiançado), caso este **não a cumpra**.
- É um contrato de **garantia**
- Pode-se estipular a fiança, ainda que:
 - Sem o consentimento do devedor
 - Contra sua vontade
- O fiador pode **opor** ao credor as **exceções** que lhe forem **pessoais**.

EXTINÇÃO

- O fiador, ainda que solidário, ficará **desobrigado** se:
 - Sem consentimento seu, o credor conceder moratória ao devedor.
 - Por fato do credor, for impossível a sub-rogação nos seus direitos ou preferência.
 - O credor, em pagamento da dívida, aceitar do devedor objeto diverso.
(Ainda que depois o perca por evicção)

contratos

= FIANÇA =

CARACTERÍSTICAS

- Garantia **pessoal** ou **fidejussória**.
↳ todo o patrimônio do fiador responde pela dívida.
- Contrato **acessório**
- Ato unilateral (Só gera obrigações ao fiador)
- Gratuito (em regra)
- *Intuitu personae*
- Formal (Deve ser por escrito e não admite interpretação extensiva)
- Pode ser elaborada a qualquer momento

EFEITOS

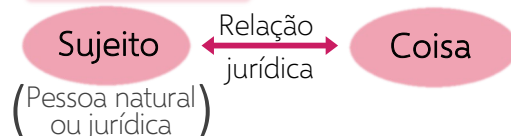
- O **fiador** demandado pelo pagamento tem **direito a exigir**, até a contestação da lide, que sejam **primeiro executados** os bens do **devedor** (Benefício de ordem)
- **Cofiadores** (mais de um fiador) são **solidários** entre si.
(O credor pode demandar qualquer um deles)
- O **fiador** que pagar integralmente a dívida fica **sub-rogado** nos direitos do credor, mas só pode demandar **cada fiador** por sua respectiva **quota**.

CONCEITO

DIREITO PESSOAL



DIREITO REAL



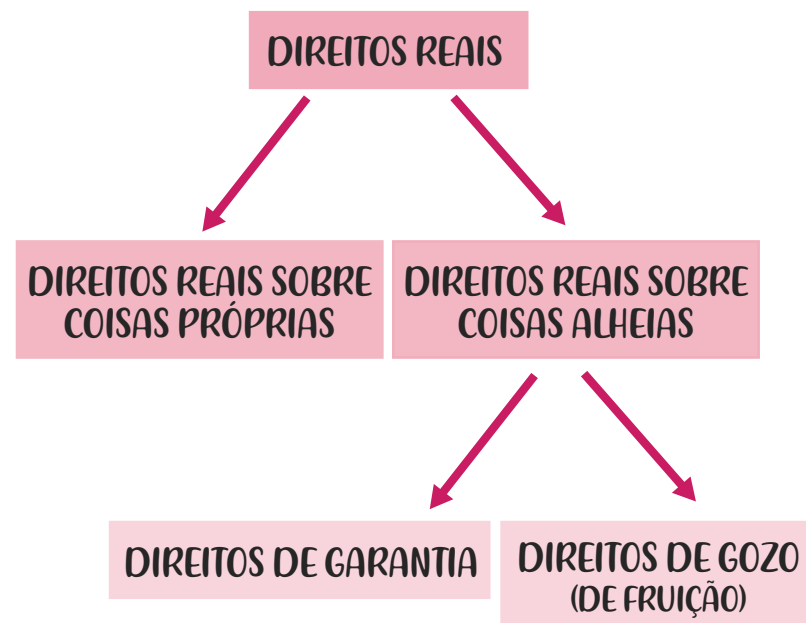
- Direitos reais são constituídos por **lei**.
- Segundo o **Código Civil**, são direitos reais:
 - propriedade
 - servidões
 - uso
 - direito do promitente comprador do imóvel
 - penhor
 - hipoteca
 - anticrese
 - superfície
 - usufruto
 - habitação
 - concessão de uso especial para fins de moradia
 - concessão de direito real de uso
 - a laje
 - a concessão de direito real de uso
 - os direitos oriundos da imissão provisória na posse (concedida à União, aos Estados, ao DF, aos municípios ou às suas entidades delegadas) e a respectiva cessão e promessa de cessão

NOVIDADE!
 Lei 14.620/2023

O Código Civil **não** lista a "**posse**" como direito real! **PEGADINHA!**

direitos reais

CLASSIFICAÇÕES



DIREITOS REAIS

= CLASSIFICAÇÕES DA POSSE =

Salvo prova em contrário, a posse mantém o mesmo caráter com que foi adquirida

QUANTO AO DESDOBRAMENTO DA POSSE

POSSE DIRETA (IMEDIATA)

- A pessoa possui a coisa materialmente.
- Ex.: locatário.

POSSE INDIRETA (MEDIATA)

- Exercida através de outra pessoa.
- Ex.: locador.



- A posse direta de quem tenha a coisa em seu poder temporariamente (Em virtude de direito pessoal ou real) não anula a indireta, de quem aquela foi havida.
- O possuidor direto pode defender sua posse contra o indireto.

QUANTO À PRESENÇA DE VÍCIOS OBJETIVOS

POSSE JUSTA

- = Posse limpa
- A que **não** for **violenta**, **clandestina** ou **precária**.

POSSE INJUSTA (Pode ser defendida contra terceiros)

- = Adquirida de forma **violenta**, **clandestina** ou **precária**.

POSSE VIOLENTA

- = Obtida através de **esbulho**. (Força física ou moral)

POSSE CLANDESTINA

- = Obtida **às escondidas**, de forma oculta.

POSSE PRECÁRIA

- = Obtida com **abuso de confiança**.
- Como "esbulho pacífico" ou estelionato.
- Ex.: locatário de coisa móvel que não a devolve no final do contrato.

DIREITOS REAIS

= CLASSIFICAÇÕES DA POSSE =

QUANTO À BOA-FÉ SUBJETIVA

Importante quanto à percepção de frutos, retenção de benfeitorias e responsabilidade dos envolvidos

POSSE DE BOA-FÉ

E enquanto o ignorar

- = Se o possuidor **ignora o vício** que impede a aquisição.
- Possuidor com justo título → tem a **presunção** de boa-fé.

POSSE DE MÁ-FÉ

- = O possuidor tem conhecimento da **ilegitimidade** da sua posse.

QUANTO AO TEMPO DA POSSE

POSSE NOVA

- = Tem **até 1 ano**.

POSSE VELHA

- = Tem **1 ano e 1 dia** ou mais.

QUANTO À PRESENÇA DE TÍTULO

POSSE COM TÍTULO

- = O possuidor tem um documento.

POSSE SEM TÍTULO

- = O possuidor **não** tem uma causa representativa da transmissão do domínio.

DIREITO DE DEFESA DA POSSE

INTERDITOS POSSESSÓRIOS

CAUSA	AÇÃO
Ameaça (Risco iminente de perda da posse)	Ação de interdito proibitório
Turbação (Ataques constantes)	Ação de manutenção da posse
Esbulho (Efetiva perda do bem)	Ação de reintegração de posse

- O possuidor turbado/esbulhado **pode** { manter-se por **sua própria força**, desde que:
 - O faça logo
 - Limite-se ao indispensável
- A **alegação de propriedade** ou de outro direito sobre a coisa **não obsta** à manutenção/reintegração da posse.

DIREITO DE PERCEBER OS FRUTOS

POSSUIDOR DE BOA-FÉ

- Tem direito aos frutos percebidos, enquanto ela durar. Deve **restituir**:
 - Frutos pendentes quando cessar a boa-fé
 - despesas de produção/custeio.
 - Frutos colhidos por antecipação.

DIREITOS REAIS

= EFEITOS DA POSSE =

DIREITO DE RETENÇÃO SOBRE BENFEITORIAS

POSSUIDOR DE BOA-FÉ

- Benfeitorias **necessárias** e **úteis**:
 - Tem direito à indenização (Valor atual)
 - Pode retê-las se não indenizadas
- Benfeitorias **voluptuárias**:
 - Tem direito à indenização (Valor atual)
 - Pode levantá-las, se não forem pagas (Se não prejudicar a coisa ao serem recolhidas)

POSSUIDOR DE MÁ-FÉ

- Não** tem direito de **retenção**.
- Tem direito a **indenização** (Valor atual ou custo) somente pelas benfeitorias **necessárias**.

POSSUIDOR DE MÁ-FÉ

- Responde por todos os frutos colhidos/percebidos **+** pelos que deixou de perceber por culpa sua.
- Tem direito às despesas de produção e custeio.

DA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL

USUCAPIÃO (Originária)

Tempo mínimo de posse	Hipótese
15 anos	Regra geral (Independente de título e boa-fé)
10 anos	Moradia do possuidor ou obras/serviços produtivos
5 anos	Zona rural $\leq 50\text{hc}$ + Subsistência ou trabalho + Não ter outro imóvel
5 anos	Zona urbana $\leq 250\text{m}^2$ + Para moradia + Não ter outro imóvel
2 anos	Zona urbana $< 250\text{m}^2$ + Posse exclusiva + Antes dividia com ex-cônjuge ou companheiro que o abandonou

DA AQUISIÇÃO PELO REGISTRO DO TÍTULO (Derivada)

- A aquisição da propriedade imóvel só se opera com o registro do título no Cartório de **Registro de Imóveis** (Não basta o simples acordo de vontades)
- Enquanto não se registrar o título, o alienante continua como dono do imóvel.

DA AQUISIÇÃO POR ACESSÃO (Originária)

- Pode ser
 - por fato natural
 - artificialmente
 - Por formação de ilhas
 - Por aluvião
 - Por abandono de álveo
- onstruções

DIREITOS REAIS

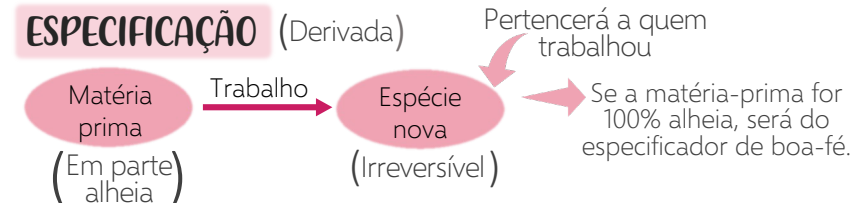
= AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE =

DA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE MÓVEL

USUCAPIÃO (Originária)

- Posse mansa e pacífica por ≥ 3 anos + Justo título e boa-fé.
- Posse mansa e pacífica por ≥ 5 anos Independentemente de justo título e boa-fé.

ESPECIFICAÇÃO (Derivada)



CONFUSÃO, COMISSÃO E ADJUNÇÃO

(Mistura de líquidos) (Mistura de sólidos) (Aderência de uma coisa a outra)

- Coisas pertencentes a **diversos donos** se misturadas, confundidas e adjuntadas **sem** seu consentimento:
 - Separáveis \rightarrow continuam a pertencer-lhes
 - Inseparáveis \rightarrow cada um terá quinhão proporcional ao que tinha

TRADIÇÃO (Derivada)

- "Propriedade das coisas não se transfere pelos negócios jurídicos antes da tradição".
- = Entrega da coisa.
- Há casos em que é presumida.

DA SUPERFÍCIE

- = Concessão pelo proprietário a terceiro, por tempo **determinado** (Código Civil) ou **indeterminado** (Estatuto da Cidade), para que utilize a propriedade para **construir** ou **plantar**.
- Pode ser **gratuita** ou **onerosa**.
- Mediante **escritura pública** registrada no Cartório de Registro de Imóveis.
- Em regra, **não** admite obras no **subsolo**.

DAS SERVIDÕES

- = Direito de gozo, entre dois prédios.

Dominante $\xrightarrow{\text{Impõe um encargo ao}}$ Serviente

- Ex.: servidão de passagem.
- Pode ser resultado de:
 - Vontade
 - Contrato
 - Testamento
- Deve ser levada a **registro** (Só se extingue com respeito a terceiro quando cancelada)
- O dono da servidão pode fazer todas as **obras** necessárias (Pelo dono do prédio dominante)

DO USUFRUTO

- = Concessão a terceiro de direito de usar e **fruir** das **utilidades** e **frutos** de forma **temporária**, com **obrigação de conservar** a substância do bem.
- Sobre bens **móveis** ou **imóveis** (Mediante registro no C.R.I.)

DIREITOS REAIS

= SOBRE COISAS ALHEIAS =

DO USO

- = Concessão a terceiro de **direito de usar** a coisa e dela retirar todas as utilidades para atender a suas necessidades e de sua **família**.
Cônjuge, filhos solteiros, pessoas de seu serviço doméstico
- Proprietário $\xrightarrow{\text{Concede uso}}$ Usuário
- Mais limitado que o usufruto
 - Aplicam-se, no que não for contrário, as disposições relativas ao **usufruto**.

DA HABITAÇÃO

- = Direito **personalíssimo** de morar em um imóvel. Gratuitamente
 - Seu exercício **não** pode ser transferido.
- Proprietário $\xrightarrow{\text{Concede uso}}$ Habitante
- Constituído mediante **registro** no Cartório de Reg. de Imóveis.
 - Aplicam-se, no que não for contrário, as disposições relativas ao **usufruto**.

Tem direito à posse, uso, administração e percepção dos frutos

Nu proprietário $\xrightarrow{\text{Concede uso e gozo ao}}$ Usufrutuário
(Posse indireta) (Posse direta)

Não se pode transferir o usufruto por alienação, mas seu exercício pode ceder-se por título gratuito ou oneroso

ASPECTOS GERAIS

Vínculo real a seu cumprimento

- Vinculam uma **coisa** a uma **obrigação**
- Tipos:
 - Penhor
 - Anticrese
 - Hipoteca
- Somente por **aquele que pode alienar** o bem.
- Somente bens **alienáveis**.
- Coisa comum a **≥ 2 proprietários**:
 - Não pode** ser dada em garantia em sua totalidade **sem** o consentimento de todos.
 - Cada um **pode** individualmente dar em garantia real sua parte.
- Em regra, o pagamento de **≥ 1 prestação** da dívida **não** importa exoneração correspondente da garantia.
(Salvo disposição expressa no título ou quitação)
- Especialização → requer a descrição do bem e os requisitos da dívida.
- Após o vencimento**: o devedor poderá dar a coisa em pagamento da dívida.
- É **nula** a "**cláusula comissória**".
(Que autoriza o credor a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento)

PENHOR

- Constitui-se pela **transferência** efetiva da **posse** (tradição).
- No penhor rural, industrial, mercantil e de veículos, as coisas continuam em poder do devedor



Direito **real** sobre coisa **móvel** ou **mobilizável**.
m natureza **acessória**.

ANTICRESE

- Transfere a posse do imóvel ao **credor** para que este **perceba**, em compensação da dívida, os **frutos** e **rendimentos**.
- O direito de retenção extingue-se após **15 anos** de sua constituição.
- Constituído por instrumento público ou particular **+** registro.
- Atualmente está em **desuso**.

HIPOTECA

- Direito **real** sobre:
 - Coisa **imóvel** e acessórios
 - Domínio direto
 - Domínio útil
 - Estradas de ferro
 - Recursos naturais
 - Navios e aeronaves (Conforme lei especial)
 - Direito de uso especial para moradia
 - Direito real de uso
 - Propriedade superficiária
- Características:
 - Acessorialidade
 - Indivisibilidade
 - Publicidade
 - Especialidade
- Não** há transmissão da **posse** da coisa.
- É **nula** a cláusula que **proíbe** ao proprietário **alienar** imóvel hipotecado.
(Pode convenicionar-se que vencerá o crédito hipotecário, se o imóvel for alienado)

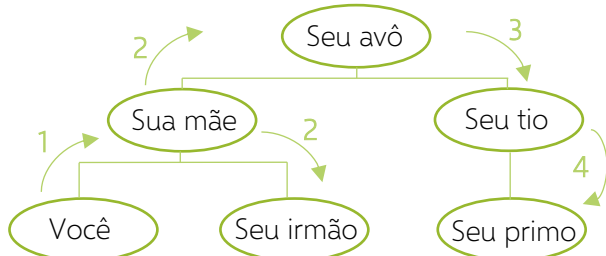
DIREITOS REAIS
= DE GARANTIA =

ASPECTOS GERAIS

- Tipos:
 - Consanguíneo/natural (Decorre de vínculo biológico, de sangue)
 - Por afinidade (Decorre de casamento e união estável)
 - Limita-se aos ascendentes, descendentes e irmãos do cônjuge/companheiro. Na linha reta, não se extingue com o fim do casamento/união.
 - Civil (Outra origem. Ex.: adoção)
- Adoção:** atribui a **condição de filho** ao adotado, **desligando-o** de qualquer vínculo com pais e parentes (Salvo os impedimentos matrimoniais)
 - Precedida de estágio de convivência (Acompanhada por equipe interprofissional)

LINHA RETA E COLATERAL

- Parentes em **linha reta**: relacionados por ascendência ou descendência.
- Parentes em **linha colateral** ou **transversal**: pessoas provenientes de um só tronco, sem descenderem umas das outras, até o 4º grau.
- Para a contagem: sobe-se até o ascendente comum + desce até o parente.



FILIAÇÃO

Prova-se pela certidão do termo de nascimento

- = Relação entre pais e filhos.
- Têm os mesmos direitos e qualificações filhos:
 - Havidos ou não no casamento
 - Por adoção
- Presumem-se** concebidos no casamento:
 - Nascidos **≥ 180 dias** após o casamento ou **300 dias** após a dissolução do casamento.
 - Havidos por fecundação artificial homóloga.
 - Havidos a qualquer tempo, por embriões excedentários de concepção artificial homóloga.
 - Havidos por inseminação artificial heteróloga com autorização do marido.

É **imprescritível** o direito do marido de **contestar a paternidade** dos filhos nascidos de sua mulher

- Não** basta a confissão materna para excluir a paternidade.

RECONHECIMENTO DE FILHOS

- Filho havido fora do casamento pode ser reconhecido pelos pais (Conjunta ou separadamente)
- Tipos:
 - Voluntária (ou perfiliação)
 - Judicial
- Não** pode ser **revogado**.
- É **incondicional** (Qualquer condição ou termo será ineficaz)

DIREITOS DE FAMÍLIA = REGRAS DE PARENTESCO =

Reconhecimento judicial de paternidade

- Por **ação de investigação** de paternidade/maternidade (coage o réu a reconhecer o filho como seu).
- Tem caráter **pessoal** (Mas pode ser continuada por herdeiros do filho)
- Pode ser contestada por **qualquer pessoa** com justo interesse.

IMPEDIMENTOS PARA O CASAMENTO

- **Não** podem casar:
 1. Ascendentes com descendentes (Naturais ou civis)
 2. Afins em linha reta
 3. Adotante com ex-cônjuge do adotado ou adotado com ex-cônjuge do adotante
 4. Adotado com filho do adotante
 5. Irmãos e demais colaterais até 3º grau
 6. Pessoas casadas
 7. Cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio do consorte.

- Podem ser opostos por **qualquer** pessoa capaz, **até** a celebração.

Se o juiz/oficial de justiça tiver conhecimento de algum impedimento, é obrigado a declará-lo.

INVALIDADES DO CASAMENTO

- Espécies:
 - Inexistente: não tem os **requisitos essenciais** (A inexistência pode ser reconhecida a qualquer tempo)
 - Nulo: casamento contraído por infringência dos **impedimentos** (Mediante ação direta por qualquer interessado ou pelo MP)
 - Anulável: casamento:
 1. De quem não completou a idade mínima
 2. De menor de idade sem autorização de seu representante legal

DIREITOS
de família
= CASAMENTO =

CAUSAS SUSPENSIVAS DO CASAMENTO

INDIVÍDUO	SITUAÇÃO
Viúvo(a) com filho do cônjuge falecido	Enquanto não fizer inventário + partilha
Viúva ou mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou anulável	Até 10 meses após a viuvez/dissolução
Divorciado	Enquanto não homologada ou decidida a partilha
Tutor/curador com o (E seus ascendentes, descendentes, irmãos, cunhados e sobrinhos tutelado/curatelado)	Enquanto não cessada a tutela/curatela e não saldadas as contas

- Têm finalidade **inibitória** (Não proibitiva)
- Podem ser **arguidas** por **parentes** em linha reta ou colaterais em 2º grau dos nubentes (Consanguíneos ou afins)
- **Impedimentos** e causas **suspensivas** serão opostos em declaração **escrita** e assinada **+** provas do fato. (Ou onde encontrá-las)

4. Do incapaz de consentir
5. Realizado por mandatário sem que ele ou o outro soubesse da revogação do mandato (E não sobrevivendo coabitação dos cônjuges)
6. Por incompetência da autoridade celebrante

"Casamento putativo"

Embora nulo ou anulável, foi contraído de **boa-fé**. (Erro de fato ou de direito)

Produce efeitos até o dia da sentença anulatória

DIREITOS DE FAMÍLIA



REGIMES DE BENS

- = Espécies: conjunto de **regras** de ordem privada relacionadas aos interesses **patrimoniais** ou **econômicos** resultantes da entidade familiar.
- Princípios:
 - Autonomia privada
(Os nubentes podem, antes de celebrado o casamento, estipular, quanto a seus bens, o que lhes aprouver)
 - Indivisibilidade do regime de bens
(O regime aplica-se a ambos os cônjuges)
 - Variedade de regime de bens
(Deve haver várias possibilidades)
 - Mutabilidade justificada
(É admissível a alteração do regime de bens mediante autorização judicial)
- Não se definindo o regime, ou sendo a convenção nula ou ineficaz, vigorará o regime de **comunhão parcial** de bens. (Mapa ulterior)

Pacto antenupcial

- É **nulo**: se **não** por escritura **pública**
(Suas disposições não têm efeito ante terceiros senão depois de registradas)
- É **ineficaz**: se **não** lhe seguir o casamento
- É **nula** a convenção/cláusula que **contravenha** disposição absoluta de **lei**



COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS

- = Comunicam-se todos os bens **presentes** e **futuros** dos cônjuges + **dívidas** passivas. (Salvo exceções do CC.)
- **Excluem-se** da comunhão:
 - Obrigações provenientes de atos ilícitos
(Salvo reversão em proveito do casal)
 - Bens de uso pessoal + livros + instrumentos profissionais
 - Proventos do trabalho pessoal
 - Pensões, meio-soldos, montepios
 - Bens doados/herdados com cláusula de incomunicabilidade
 - Bens gravados de fideicomisso
 - Dívidas anteriores ao casamento
 - Doações antenupciais de um cônjuge ao outro com cláusula de incomunicabilidade.

PARTICIPAÇÃO FINAL NOS AQUESTOS

- Durante o casamento = separação convencional de bens.
- Dissolução = cada cônjuge tem direito à **participação** nos bens para os quais colaborou para a aquisição.
- Aquestos = bens adquiridos **individualmente** pelos cônjuges **não** relacionados a doações, herança ou legado.

DIREITOS de família



SEPARAÇÃO DE BENS

- Os bens permanecem sob a **administração exclusiva** de cada um dos cônjuges.
→ Podem livremente alienar seus bens ou gravá-los com ônus reais
- **Obrigatório** no casamento:
 - De quem se casar sem observar suas **causas suspensivas**
 - De pessoa **> 70 anos**
 - De todos que dependerem de **suprimento judicial** para casar.

DIREITOS DE FAMÍLIA

= COMUNHÃO PARCIAL DE BENS =

ASPECTOS GERAIS

- = Comunicam-se os bens que **sobrevierem** ao casal, na constância do casamento. (Salvo exceções do CC.)
- **Presumem-se** adquiridos na constância do casamento os bens **móveis**. (Quando não se provar que o foram em data anterior)
- A **administração** do patrimônio comum compete a **qualquer** dos cônjuges.
- É sempre **indispensável** a **autorização** do cônjuge (ou seu suprimento judicial) para atos de disposição sobre bens **imóveis**.

DÍVIDAS CONTRAÍDAS

- Por qualquer dos **cônjuges** na administração dos bens:
 - Particulares e em benefício destes → **não** obrigam os bens comuns
 - Comuns → obrigam os bens comuns
 - + particulares do que os administra
 - + particulares do outro na razão do proveito que houver auferido.

Os bens comuns **respondem** por obrigações contraídas por qualquer dos cônjuges para atender a:

- Encargos da família
- Despesas da administração
- Despesas decorrentes de imposição legal

EXCLUEM-SE DA COMUNHÃO

- Obrigações provenientes de atos ilícitos (Salvo reversão em proveito do casal)
- Bens de uso pessoal + livros + instrumentos profissionais
- Proventos do trabalho pessoal
- Pensões, meio-soldos, montepios
- Obrigações anteriores ao casamento
- Os bens que cada cônjuge possuir ao casar + os que lhes sobrevierem na constância do casamento por sucessão/doação.
- Os bens adquiridos com valores exclusivamente pertencentes a um dos cônjuges em sub-rogação dos bens particulares

ENTRAM NA COMUNHÃO

- Bens adquiridos na constância do casamento por título **oneroso** (Ainda que em nome de um só dos cônjuges)
- Bens adquiridos por **fato eventual** (Com ou sem concurso de trabalho ou despesa anterior)
- Bens adquiridos por doação/herança/legado em favor de ambos
- Benfeitorias em bens particulares
- Frutos dos bens comuns + particulares de cada cônjuge percebidos na constância do casamento ou pendentes quando cessar a comunhão.

ASPECTOS GERAIS

= Prestações devidas para a satisfação das **necessidades pessoais** de indivíduos que **não** podem consegui-las por seu esforço.

- Devem atender as **necessidades vitais** da pessoa para manutenção de sua **dignidade**.



- Parentes + cônjuges/companheiros **podem pedir** uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com sua condição social, inclusive para sua educação.

CARACTERÍSTICAS

- Personalíssima quanto ao credor
- Irrenunciável
- Recíproca (Pais ↔ filhos)
- Divisível (Entre os obrigados a prestar alimentos)
- Imprescritível (Mas a cobrança prescreve em 2 anos do vencimento)
- Incessível
- Inalienável
- Incompensável
- Impenhorável
- Não pode ser objeto de transação, compromisso ou arbitragem

A transmissibilidade da obrigação — a)

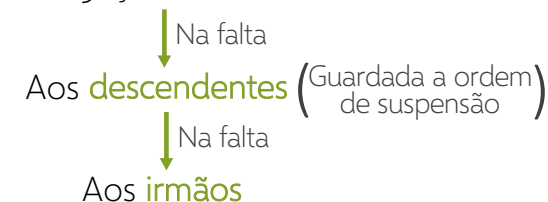
DIREITOS de família = ALIMENTOS =

CLASSIFICAÇÕES

- Quanto às **fontes**:
 - Legais (Só essas permitem a prisão civil do devedor)
 - Convencionais
 - Indenizatórios ou ressarcitórios (Pela prática de atos ilícitos)
- Quanto à **extensão**:
 - Civis ou congruos (É a regra. Visa a manter a pessoa como era mantida)
 - Indispensáveis ou naturais
- Quanto ao **tempo**:
 - Pretéritos
 - Presentes
 - Futuros (Forma fixada pelo juiz)
- Quanto à **forma de pagamento**:
 - Próprios ou *in natura* (Hospedagem e sustento)
 - Impróprios (Pagamento de pensão)
- Quanto à **finalidade**:
 - Definitivos ou regulares
 - Provisórios (Fixados antes da sentença em ação de alimentos)
 - Transitórios (Fixados por um período determinado de tempo)

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

Cabe a obrigação aos **ascendentes**



A obrigação é **extinta** com:

- Morte do credor
- Casamento, união estável ou concubinato do credor
- Procedimento indigno do credor em relação ao devedor

DIREITOS de família = UNIÃO ESTÁVEL =

ASPECTOS GERAIS

- A CF/88 reconhece a união estável como entidade familiar + ordena que a lei deve facilitar sua conversão em casamento.
- Conversão em casamento:
Pedido dos companheiros ao juiz
+ assento no Registro Civil

Às relações homoafetivas aplicam-se as mesmas regras da união estável.

- Não confunda com concubinato (É sociedade de fato)
→ = Relações não eventuais entre homem e mulher impedidos de casar.

REQUISITOS

- = Convivência { pública
contínua + Com o objetivo
duradoura de constituir família
- Não há exigência de:
 - Prazo mínimo
 - Que residam no mesmo domicílio
 - Que haja filhos em comum

PECULIARIDADES

- Os casos de suspensão do casamento não se aplicam à união estável.
→ Mas os impedimentos matrimoniais se aplicam.
- As relações pessoais entre os companheiros obedecerão aos deveres de:
 - Lealdade
 - Respeito
 - Assistência
 - Guarda
 - Sustento
 - Educação } dos filhos
- Aplicam-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime de comunhão parcial de bens. (Salvo contrato escrito)

ASPECTOS GERAIS

- = Poder exercido pelos pais em relação aos filhos (Enquanto menores)
- ↳ Dentro da ideia de:
 - Família democrática
 - Regime de colaboração familiar
 - Relações baseadas no afeto.
- **Envolve:**
 - Consentimento para:
 - Viagens ao exterior
 - Casamento
 - Mudança de residência para outro município
 - Usufruto e administração de seus bens.

SUSPENSÃO

- **Suspende-se** o exercício do poder familiar:
 - Pai ou mãe **condenados** por sentença irrecorrível, por crime cuja pena exceda **2 anos** de prisão.
 - Pai ou mãe que **abusar** de sua **autoridade**. (Faltando com seus deveres ou arruinando os bens dos filhos)

DIREITOS DE FAMÍLIA = PODER FAMILIAR =

EXERCÍCIO

- Durante o **casamento/união estável**, compete o poder familiar aos **pais**
- ↳ Na falta/impedimento de um deles, o outro exercerá com exclusividade.
- Se houver divergências → podem recorrer ao juiz.
- Separação judicial
- Divórcio
- Dissolução da união estável
- O filho **não** reconhecido pelo pai fica

Não alteram as relações entre pais e filhos

(Se ela não for conhecida ou capaz, dar-se-á tutor ao menor.)

EXTINÇÃO

- **Extingue-se** o poder familiar pelo(a):
 - Morte dos pais ou do filho
 - Emancipação
 - Adoção
 - Maioridade
 - Decisão judicial
- **Perderá** o poder familiar o pai/mãe que:
 - Castigar imoderadamente o filho
 - Deixar o filho em abandono
 - Praticar atos contrários à moral e aos bons costumes.
 - Incidir reiteradamente nas faltas previstas no C.C. (Abuso de autoridade)

DIREITOS DE FAMÍLIA

TUTELA

Tutor

Tutelado

Hipóteses:

- Falecimento dos pais
- Pais julgados ausentes
- Pais decaídos do poder familiar
(Se algum deles o recuperar, cessa a tutela)
- Irmãos órfãos → único tutor

Espécies:

- Testamentária (Determinada por ambos os pais)
- Legítima (Na falta de tutor nomeado pelos pais)

→ Parentes consanguíneos
(Ascendentes: colaterais até o 3º grau)

- Dativa (Pessoa estranha à família nomeada pelo juiz)

→ Tem caráter subsidiário

- A tutela **cessa** para o menor:
 - Maioridade ou antecipação
 - Reconhecimento ou adoção (Poder familiar)
- Cessam as funções do tutor ao:
 - Expirar o termo
 - Sobrevir escusa legítima
 - Ser removido → Será destituído se negligente, prevaricador ou incurso em incapacidade

CURATELA

Curador

Curatelado

Tipos:

- Ordinária:
 - Quem não puder exprimir sua vontade
 - Ébrios habituais + viciados em tóxico
 - Pródigos (Quanto a atos que não sejam de mera administração)
- Especial: ao **nascituro**, se o pai falecer estando grávida a **mulher** e não tendo esta o poder familiar.

Causa transitória ou permanente

Se a mulher estiver interdita, seu curador será o do nascituro

Espécies:

- Legítima
 - Se o casamento for comunhão universal, não é obrigatória a prestação de contas
 - (Cônjuge ou companheiro → Pai ou mãe → Descendente)
- Dativa (Pessoa estranha à família nomeada pelo juiz)

- Aplicam-se à **curatela** as disposições relativas à **tutela**, no que couber.

De ambos!

Finalidade: representação legal + administração de bens de uma pessoa por outra, em virtude da incapacidade da primeira de gerir sua vida e seus interesses.

ASPECTOS GERAIS

- = **Transmissão do patrimônio** de uma pessoa que faleceu (autor da herança) para seus sucessores.
- A lei vigente ao tempo da **abertura da sucessão** regula:
 - A sucessão
 - A legitimação para suceder
- A sucessão abre-se no **lugar** do **último domicílio** do falecido.
- A herança é um **todo unitário**, ainda que vários sejam os herdeiros.
- **Até a partilha**, o direito dos coerdeiros é **indivisível** e regula-se pelas normas do **condomínio**.

DIREITO DAS SUCESSÕES

HERDEIROS NECESSÁRIOS

- São eles:
 - Descendentes (Sem restrição de limite)
 - Ascendentes (Sem restrição de limite)
 - Cônjuge
- A eles pertence, de pleno direito, a **metade dos bens** da herança
= legítima

Havendo **herdeiros necessários**, o testador só pode dispor da **metade** da herança.

Não havendo herdeiros necessários, ele tem ampla/irrestrita liberdade.

TIPOS

- = Sucessão **legítima**:
 - Decorre da lei.
 - No caso de a pessoa não ter deixado testamento.
 - **Salvo justa causa** declarada em testamento, **não** pode o testador estabelecer cláusula de

{	inalienabilidade	sobre os bens da legítima
	incomunicabilidade	
	impenhorabilidade	
- Sucessão **testamentária**:
 - Decorre de testamento ou disposição de

HERDEIROS COLATERAIS

- São os herdeiros **facultativos**
 - Irmãos, tios, primos...
- Somente herdarão se:
 - **Inexistirem** herdeiros necessários ou
 - Estes **renunciarem à herança** ou
 - Forem dela **excluídos** por deserdação ou indignidade
- Para **excluí-los** da sucessão, basta que o testador não os contemple.

DIREITO DAS SUCESSÕES

ACEITAÇÃO DA HERANÇA

- Aceita a herança, **torna-se definitiva** a sua transmissão ao herdeiro, desde a **abertura** da sucessão.
- Pode ser:
 - Expressa: por declaração **escrita**.
 - Tácita: resulta de atos próprios da qualidade de **herdeiro**.
- **Não** importa aceitação:
 - Atos oficiosos (Ex.: funeral)
 - Atos meramente conservatórios
 - Atos de administração/guarda provisória
 - Cessão gratuita, pura e simples, da herança aos demais coerdeiros.
- **Falecendo o herdeiro** antes de declarar se aceita a herança, o **poder de aceitá-la** passa aos herdeiros.

RENÚNCIA DA HERANÇA

- Se o herdeiro renuncia à herança, a transmissão tem-se por **não verificada**.
- Deve constar **expressamente** de:
 - Instrumento público
 - Termo judicial
- Ninguém pode suceder representando **herdeiro renunciante**.

Se ele for o único legítimo da sua classe, ou se todos os outros da mesma classe renunciarem à herança, poderão os filhos vir à sucessão { por direito próprio e por cabeça

- São **irrevogáveis** os atos de aceitação ou renúncia
- Não se pode aceitar ou renunciar à herança { em parte sob condição ou a termo

DIREITO DAS SUCESSÕES

= SUCESSÃO LEGÍTIMA =

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Os **filhos** terão os **mesmos direitos** à quota sucessória, independentemente de:
 - serem ou não do casamento ou
 - serem adotados

→ Sucederão o *de cujus* **por cabeça**
(A herança será dividida em partes iguais)
- Demais descendentes podem suceder:
 - Por cabeça ou
 - Por estirpe (Quando concorrem descendentes de graus diferentes)

ORDEM

1. Descendentes + cônjuge sobrevivente *

Os em grau mais próximo excluem os mais remotos, salvo direito de representação.

- Quinhão igual ao dos que sucederem por cabeça.
- $\geq \frac{1}{4}$ da herança, se for ascendente dos herdeiros com que concorre.

2. Ascendentes + cônjuge sobrevivente

Os em grau mais próximo excluem os mais remotos.

3. Cônjuge sobrevivente

4. Colaterais

* Salvo se:

- Comunhão universal ou
- Separação obrigatória de bens ou
- Comunhão parcial e o autor da herança não houver deixado bens particulares.

COMPANHEIRO

Terá sempre **1/3** da herança

CÔNJUGE

Terá **1/3** da herança se concorrer com ascendente de 1º grau (pais) ou **metade**, se houver um só ascendente ou se maior for seu grau.

Não havendo ascendentes/descendentes, toda a herança caberá ao cônjuge sobrevivente

- Se **não houver** cônjuge/companheiro sobrevivente, serão chamados a suceder os **colaterais** até o **4º grau**.
- Irmãos **bilaterais** do falecido têm direito ao **dobro** do que cabe aos irmãos **unilaterais**.
- Na falta de **irmãos**, herdarão os **filhos** destes, e não havendo, os **tios**.

DIREITO DAS SUCESSÕES



DESERDAÇÃO

- = O testador, por **ato unilateral**, exclui da sucessão herdeiro **necessário**.
 - ➔ Somente com expressa declaração da causa.
- **Autorizam** a deserdação:
 - Dos **descendentes** por seus **ascendentes**:
 - Ofensa física • Injúria grave
 - Relações ilícitas com madrasta/padrasto
 - Desamparo do ascendente em alienação mental ou grave enfermidade.
 - Dos **ascendentes** por seus **descendentes**:
 - Ofensa física • Injúria grave
 - Relações ilícitas com mulher/marido/companheiro do filho/neto
 - Desamparo do filho/neto com deficiência mental ou grave enfermidade.



EXCLUSÃO DA SUCESSÃO

- **São excluídos** da sucessão os herdeiros ou legatários:
 - Autores/coautores/partícipes de **homicídio** doloso ou tentativa contra pessoa de cuja sucessão se tratar **+** seu cônjuge **+** ascendentes e descendentes
 - Que acusarem **caluniosamente** ou praticarem crime **contra a honra** do autor da herança **+** seu cônjuge.
 - Que, por violência/meios fraudulentos, **inibirem** o autor da herança a dispor livremente de seus bens.
 - É declarada por **sentença**.
 - Tem **efeitos pessoais**.
 - Direito de demandar a exclusão extingue-se em **4 anos**. (Contados da abertura da sucessão)

DIREITO DAS SUCESSÕES

= DIREITO DE REPRESENTAÇÃO =



ASPECTOS GERAIS

- Quando a lei chama certos parentes do falecido a suceder em todos os direitos, em que ele sucederia, se vivo fosse.
- Os representantes só podem herdar, como tais, o que herdaria o representado se vivo fosse. O quinhão do representado partir-se-á por igual entre os representantes

REGRAS IMPORTANTES

- Dá-se na linha reta descendente, nunca na ascendente.
- Na linha transversal, dá-se somente em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmãos deste concorrerem.
- O renunciante à herança de uma pessoa poderá representá-la na sucessão de outra.

RESSALVAS RELACIONADAS

- Na sucessão legítima:
 - Entre os descendentes, os em grau mais próximo excluem os mais remotos, salvo direito de representação.
 - Na classe dos colaterais, os em grau mais próximo excluem os mais remotos, salvo direito de representação concedido aos filhos de irmãos.

ASPECTOS GERAIS

- O testamento é **ato personalíssimo**.
- Pode ser modificado a qualquer tempo
- Extingue-se em **5 anos** o direito de impugnar a validade do testamento. (Contados da data de seu registro)

TIPOS DE TESTAMENTO (Ordinários)

PÚBLICO

- = Elaborado por tabelião em seu livro de notas. (Conforme declarações do testador)

CERRADO

- = Elaborado pelo testador (Ou outro a seu mando)
- Observadas as formalidades do art. 1868
- Quando o testador falecer, o **juiz** abrirá o testamento, registrará e ordenará que seja cumprido.

PARTICULAR

- = Elaborado pelo testador, a próprio punho ou por meios eletrônicos.
- Quando o testador falecer, seu testamento será publicado em juízo.

DIREITO DAS SUCESSÕES

= SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA =

CAPACIDADE TESTAMENTÁRIA

- **Ativa:** qualquer pessoa que não seja incapaz e que esteja em posse de suas capacidades mentais
- Deve ser > 16 anos.
- **Passiva:** qualquer pessoa física ou jurídica.

CODICILO

- = **Ato de última vontade** através do qual se dispõe sobre:
 - Seu enterro
 - Esmolas de **pouca monta** a determinadas pessoas ou indeterminadamente aos pobres de certo lugar
 - + legado de:
 - Móveis
 - Roupas
 - Joias
- De pouco valor e de seu uso pessoal

DIREITO DAS SUCESSÕES

LEGADO

- Recai sobre **coisa certa** e **determinada**
- Disposição testamentária **a título singular**.
- Legatário:
 - Pessoa **pertencente ou não** à sucessão legítima.
 - Pode **renunciar** de forma expressa ou tácita.
- **Objeto** pode ser coisa corpórea ou incorpórea, alimentos, renda, pensão periódica...
- O legado pode **caducar** (art. 1.939).
- Se o legado for de **duas ou mais coisas** alternativamente:
 - Se algumas delas **perecerem**, subsistirá quanto às restantes.
 - Perecendo **parte de uma**, valerá quanto a seu remanescente.

HERANÇA

- = Tudo aquilo que pode ser considerado como **patrimônio da pessoa**.
 - ↳ Bens, dívidas, créditos, débitos, etc.
- Transmite-se **desde logo**, com a abertura da sucessão, aos herdeiros
 - legítimos e
 - testamentários

DIREITO DAS SUCESSÕES

= SUCESSÃO
= TESTAMENTÁRIA =

REVOGAÇÃO DO TESTAMENTO

- Um testamento só pode ser revogado por **outro testamento**, ainda que de outra espécie.
 - Ato consciente do testado para tornar **ineficaz** o testamento feito anteriormente.
 - **Não** existe **repristinação** testamentária.
 - Pode ser:
 - Total ou parcial
 - Expressa ou tácita
- Incompatibilidades entre as disposições dos testamentos

ROMPIMENTO DO TESTAMENTO

- **Rompe-se o testamento:**
 - **Sobrevindo descendente** sucessível ao testador que não tinha ou não o conhecia quando testou (Se esse descendente sobreviver ao testador)
 - Na ignorância de existirem outros herdeiros **necessários**.
- **Não** se rompe o testamento se o testador dispuser de sua metade, **não contemplando** os herdeiros necessários de cuja existência **saiba**, ou quando os **exclua** dessa parte.